

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SUZIANE DE ANDRADE PINTO VASCONCELOS

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o caso da Cooperbac em
Barra do Choça – Bahia entre 2002 e 2015.**

VITÓRIA DA CONQUISTA

2017

SUZIANE DE ANDRADE PINTO VASCONCELOS

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o caso da COOPERBAC em
Barra do Choça – Bahia entre 2002 e 2015.**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

VITÓRIA DA CONQUISTA

2017

V451d

Vasconcelos, Suziane de Andrade.

Desenvolvimento sustentável: o caso da COOPERBAC em Barra do
Choça – Bahia entre 2002 e 2015. / Suziane de Andrade Vasconcelos, 2017.

57f.

Orientador (a): Dr. Gildásio Santana Júnior.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

Inclui referências. F. 52 – 54.

Catálogo na fonte: Cristiane Cardoso Sousa – CRB 5/1843
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

SUZIANE DE ANDRADE PINTO VASCONCELOS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o caso da COOPERBAC em Barra do
Choça – Bahia entre 2002 e 2015.

Trabalho monográfico aprovado pela Banca
Examinadora com vistas à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Vitória da Conquista, 04 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior.
1º Membro
Orientador

2º Membro

3º Membro

AGRADECIMENTOS

A fase de busca por conhecimento na vida de um pesquisador, quando construindo um projeto, por muitas vezes pode ser repleta de entraves. Na minha vida este momento foi conturbado, tumultuado, cheio de obstáculos. Por diversas vezes me senti impotente e incapaz. Pensei em desistir e, nestes momentos, pessoas se fizeram muito importantes, me sustentaram e não permitiram que eu caísse.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por permitir que eu alcançasse esse objetivo e colocar pessoas tão boas no meu caminho.

Aos meus pais, que com toda simplicidade nunca mediram esforços para que eu realizasse os meus sonhos e sempre foram os meus maiores educadores, incentivadores e exemplo de vida.

Gostaria de agradecer ao meu amigo Daniel, que sempre me incentivou e em um momento inusitado, em um local inapropriado, com sua conversa sempre agradável e proveitosa, me deu a primeira ideia sobre o tema desse trabalho.

Em seguida agradecer à minha amiga Ariana, pelos livros, pelo incentivo, pelas ideias, pelo cantinho sossegado para estudar, por acreditar e estar sempre ao meu lado.

Às minhas amigas Poliana e Carol, que vibraram, torceram e rezaram por mim.

Ao meu amigo José Carlos, que confiou e por vezes até me superestimou quando, por exemplo, certa vez, disse-me que sou “como uma vela embaixo de uma cama”, sempre pensei nessa frase e me auto avaliei com base nela.

Gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador Gildásio, pela sua paciência, compreensão e parceria. Por também me incentivar e não desistir de mim. Ele foi uma das pessoas mais importantes nesse processo de construção acadêmica, foi o primeiro professor no primeiro horário do primeiro dia de aula e percebi naquele momento que teria muito a aprender com esse doutor que tem o dom de transmitir conhecimento.

Preciso agradecer em especial ao meu marido Fernando, pai dos meus lindos filhos Davi Fernando e Ana Lara, meu companheiro de jornada. De todas as pessoas importantes nesse processo de conclusão da monografia, ele foi a pessoa imprescindível. Meu muito obrigada pelo seu incentivo e compreensão nos

momentos de nervosismo, pela colaboração dentro de casa, pela paciência, abdicando de atenção e por se mostrar tão orgulhoso das minhas conquistas. Suas atitudes fazem com que eu o ame ainda mais.

Ao meu saudoso amigo José Leandro, que foi uma pessoa que me impulsionou e incontáveis vezes me ajudou a corrigir versões da monografia que eu sequer cheguei a entregar. Sei que de onde ele está certamente estará vibrando por mim.

Agradeço aos cooperados e à Diretoria da Cooperbac, em especial a Joara, que foi muito prestativa e atenciosa, nunca se negando a passar informações e sempre se mostrando entusiasmada com o meu trabalho.

Aos amigos da prefeitura de Barra do Choça também devo meus agradecimentos.

Por fim, agradeço a todos aqueles que mesmo de forma indireta, contribuíram para a realização desse trabalho e àqueles que, mesmo sem terem sido citados nessa página, merecem a minha gratidão.

RESUMO

A ideia de Desenvolvimento Sustentável transformou-se em um elemento importante no movimento global, crucial para resolver alguns grandes problemas da humanidade como a escassez de recursos por exemplo. É necessário que se entenda que para haver o verdadeiro desenvolvimento sustentável é necessário que se atenda as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Planejar o desenvolvimento é um dos maiores desafios do Poder Público e responsabilidade também de entidades privadas, não governamentais e toda sociedade civil. O objeto de estudo desse trabalho é a Cooperbac, Cooperativa de Pequenos agricultores de Barra do Choça enquanto instituição cooperativista que busca cumprir sua função na geração de renda, melhoria da qualidade de vida dos cooperados e preservação do meio ambiente. Será explorada a concepção de desenvolvimento sustentável, a evolução histórica do termo e suas múltiplas dimensões e implicações à sociedade. A pesquisa será desenvolvida a partir dos procedimentos metodológicos denominados revisão bibliográfica, análise de dados, análise documental e observação. Foram coletados dados primários referente às variáveis relacionadas aos indicadores propostos em fontes como institutos oficiais de pesquisa e órgãos públicos locais, como IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal). Concluiu-se que as atividades desenvolvidas pela Cooperbac, a caracterizam como institui e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Conclui-se que as atividades desenvolvidas pela Cooperbac, a caracterizam como instituição que promove o desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Desenvolvimento Sustentável. Cooperbac. Barra do Choça.

ABSTRACT

The idea of sustainable development has become an important element in the global movement, crucial for solving some of humanity's major problems, such as scarcity of resources. It must be understood that in order to achieve true sustainable development, it is necessary to meet the needs of the present generation without compromising the needs of future generations. Planning for development is one of the greatest challenges of the Public Power and also responsibility of private, non-governmental entities and all civil society. The object of study of this work is Cooperbac, Cooperative of Small farmers of Barra do Choça as cooperative institution seeks to fulfill its function in the generation of income, improvement of the quality of life of the cooperative and preservation of the environment. It will explore the concept of sustainable development, the historical evolution of the term and its multiple dimensions and implications to society. The research will be developed from the methodological procedures called bibliographic review, data analysis, documentary analysis and observation. Primary data were collected referring to the variables related to the indicators proposed in sources such as official research institutes and local public agencies, such as IFDM (Firjan Municipal Development Index). It was concluded that the activities developed by Cooperbac, characterize it as institution and the IDHM (Municipal Human Development Index) and IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics). It was concluded that the activities developed by Cooperbac, characterize it as an institution that promotes sustainable development.

Keywords: Sustainable development. Cooperbac. Shack Bar.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa Sertão da Ressaca depois de 1839..... | 35 |
| Figura 2 - Mapa da Microrregião de Vitória da Conquista..... | 36 |
| Figura 3 - Gráfico IFDM e Áreas de Desenvolvimento, município de Barra do Choça, ano 2010..... | 37 |
| Figura 4 - Gráfico IDHM Barra do Choça, ano de 1991 a 2010..... | 38 |
| Figura 5 - Gráficos Pirâmides Etárias..... | 41 |
| Figura 6 - Fluxo Escolar por Faixa Etária - Barra do Choça/BA - 1991/2000/2010. . . | 42 |
| Figura 7 - Gráfico Fluxograma Escolar..... | 43 |
| Figura 8 - Gráfico Escolaridade da População de 25 anos ou mais..... | 44 |
| Figura 9 - Gráficos Distribuição de Renda..... | 47 |
| Figura 10 - Composição da População de 18 anos ou mais..... | 48 |
| Figura 11 - Vetores de atuação FBB..... | 53 |
| Figura 12 - Logomarca Cooperbac..... | 55 |
| Figura 13 - Selo da Agricultura Familiar..... | 57 |
| Figura 14 - Quadro de Associados por Gênero..... | 58 |
| Figura 15 - Quadro de Associados por Faixa Etária..... | 59 |
| Figura 16 - Quadro de Associados Por Estado Civil..... | 59 |
| Figura 17 - Quadro de Associados por Escolaridade..... | 60 |
| Figura 18 - Quadro de Associados por Propriedades..... | 60 |
| Figura 19 - Embalagem do Café Cooperbac..... | 62 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Padrões de Crescimento..... | 34 |
|--|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Componentes do IDHM..... | 38 |
| Tabela 2 - Distribuição da População Barrachocense..... | 39 |
| Tabela 3 - Estrutura Etária População Barrachocense..... | 40 |
| Tabela 4 - Vulnerabilidade Social..... | 46 |
| Tabela 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Barra do Choça - BA..... | 47 |
| Tabela 6 - Ocupação da população de 18 anos ou mais..... | 48 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| BB | Banco do Brasil |
| CAR | Companhia de Ação Regional |
| CNA | Conselho de Segurança Alimentar |
| CONSEA | Conselho de Segurança Pública |
| COOPERBAC | Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Barra do Choça |
| DLIS | Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável |
| DS | Desenvolvimento Sustentável |
| DRS | Desenvolvimento Regional Sustentável |
| FBB | Fundação Banco do Brasil |
| FIES | Fundo de Financiamento Estudantil |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia |
| IFDM | Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Aplicada |
| LTDA | Limitada |
| OCB | Associação das Cooperativas Brasileiras |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MPO | Microcrédito Produtivo Orientado |
| PAP | Plano Agrícola e Pecuário |
| PDRS | Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PMCMV | Programa Minha Casa Minha Vida |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PROCEN | Programa de Racionalização de Consumo de Energia Elétrica |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PROREC | Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Tonner |
| PURÁGUA | Programa de uso racional de água |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SGA | Sistema de Gestão Ambiental |

UF

Unidade Federativa

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, LOCAL E SUSTENTÁVEL..... | 18 |
| 2.1 | Desenvolvimento Econômico: a evolução do conceito de Desenvolvimento..... | 18 |
| 2.1.1 | Indicadores do Desenvolvimento..... | 21 |
| 2.1.2 | A Função do Estado no Desenvolvimento..... | 23 |
| 2.2 | Desenvolvimento Local..... | 24 |
| 2.3 | O Desenvolvimento Sustentável..... | 28 |
| 3 | O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA..... | 35 |
| 3.1 | História e Localização..... | 35 |
| 3.2 | Demografia e Saúde..... | 37 |
| 3.3 | População..... | 39 |
| 3.4 | Educação..... | 41 |
| 3.5 | Habitação e Vulnerabilidade Social..... | 44 |
| 3.6 | Economia, Trabalho e Renda..... | 46 |
| 4 | COOPERBAC – COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE BARRA DO CHOÇA..... | 51 |
| 4.1 | Cooperativismo..... | 51 |
| 4.2 | O Papel do Banco do Brasil na história da Cooperbac..... | 52 |
| 4.3 | Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável..... | 54 |
| 4.4 | Cooperbac, História e Contribuições..... | 55 |
| 4.5 | A Cooperbac e o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável..... | 63 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 67 |
| | REFERÊNCIAS..... | 70 |

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse trabalho é analisar a contribuição da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Barra do Choça (Cooperbac) para os princípios do Desenvolvimento Sustentável no município, no período de 2002 a 2015.

A temática desenvolvimento sustentável tem sido bastante discutida nos últimos tempos. Ao falar desse assunto, a primeira coisa que se deve buscar é o significado dessa expressão que pode ter várias formas de interpretação, pois o conceito de desenvolvimento sustentável tem limites, não absolutos, mas existentes e nesse sentido esse trabalho estará tratando esse conceito em suas múltiplas dimensões para uma melhor compreensão desse assunto.

Apesar de ser um tema amplamente tratado, não se encontram na mesma proporção explicações sobre o que realmente significa na prática, como surgiu, quais seus objetivos e formas de implementação. Ainda assim, percebe-se que o conceito de sustentabilidade transformou-se num elemento chave no movimento global, crucial para encontrar soluções viáveis para resolver alguns grandes problemas da humanidade, principalmente a crise ambiental.

A primeira coisa que deve ser entendida é que para haver um desenvolvimento sustentável, é necessário que se atenda às necessidades básicas de todas as populações, aspirando uma vida melhor para essas, seja na atual geração ou nas futuras.

Entende-se que para alcançar esse desenvolvimento além das questões econômicas, e ambientais, devem ser levados em consideração também os aspectos sociais, nesse sentido podemos citar Celso Furtado que em um dos seus últimos pronunciamentos disse que “só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites, ali onde existir um projeto social subjacente” (FURTADO *apud* VEIGA, 2010, p. 9).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi construído ao longo do tempo, a partir da preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, a poluição e as questões sociais, sendo que a sustentabilidade se concretiza a partir dos pressupostos da durabilidade a longo prazo, da eficiência econômica, equidade social e regional e da responsabilidade ambiental.

A sociedade contemporânea foi formada a partir de grandes mudanças políticas, de um forte acirramento das tensões sociais e da polêmica sobre a degradação do meio ambiente, assim são cada vez mais intensas as discussões sobre ações de desenvolvimento sustentável. Esse assunto está sendo tratado constantemente, seja no debate acadêmico, seja na agenda de discussão pública ou no planejamento nas empresas privadas e públicas como, por exemplo, o Banco do Brasil, empresa de economia mista que é a principal parceira da Cooperativa estudada nesse trabalho.

Os modelos de desenvolvimento predominantes durante o período do pós-guerra tinham como eixo principal promover a inversão exógena (de fora para dentro). A crise dos anos 1970 mostrou a ineficiência desse processo uma vez que este era limitado em dar respostas eficazes aos problemas do emprego e desenvolvimento, não somente nos aspectos quantitativos como também em uma perspectiva de progresso. Dessa forma surgiu uma nova política de desenvolvimento que valoriza o potencial endógeno (de dentro para fora), por consequência os territórios passaram a ser valorizados e tiveram direito a uma atenção especial (LOPES, 2001).

Neste contexto, esse trabalho fará uma análise do trabalho da Cooperbac como agente que contribui para o desenvolvimento local. Tem-se como objetivo identificar as ações da cooperativa e relacioná-las com o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, esse estudo tem como problema de pesquisa avaliar qual o papel da Cooperbac no desenvolvimento sustentável do município, no período de 2002 a 2015.

A hipótese da pesquisa afirma que a Cooperbac, ao longo de seu funcionamento, tem contribuído para o desenvolvimento local sustentável, a partir da organização dos agricultores familiares, na internalização de atividades industriais no município e na facilitação na tomada de crédito por partes dos agricultores familiares de Barra do Choça - Bahia.

A motivação para responder a questão de pesquisa apresentada se deu a partir da observação do trabalho desenvolvido pela Cooperbac. Trata-se de uma cooperativa organizada e respeitada pela comunidade. Os associados, até onde pode ser observado, são assistidos por essa cooperativa e percebe-se que o trabalho realizado por eles ajuda no fomento à renda da comunidade em que estão inseridos.

A mesa diretora é responsável e comprometida com o trabalho da instituição. Sendo funcionária do Banco do Brasil no município de Barra do Choça foi possível ter contato direto com os diretores e também com os cooperados, assim ao longo dos anos foi possível acompanhar o crescimento organizado e sustentável da cooperativa. Ainda como funcionária, me chamou à atenção os projetos desenvolvidos junto à Fundação Banco do Brasil, em que pude observar o nível de organização da cooperativa, o investimento e cuidado com o pequeno agricultor familiar e o serviço de consultoria dado aos mesmos que entre outras iniciativas motivaram a pesquisa nessa instituição.

Levando-se em consideração o grande interesse pelo tema Desenvolvimento Sustentável (DS) tomou-se a decisão de juntar esses dois assuntos de interesse: Desenvolvimento Sustentável e Cooperbac, visto que se defende a ideia de que a cooperativa ao longo de seu funcionamento contribuiu para a promoção do desenvolvimento sustentável da região onde está inserida, a partir da organização dos agricultores familiares, na internalização de atividades industriais no município e na facilitação na tomada de crédito por partes dos agricultores familiares de Barra do Choça.

O referencial teórico é construído a partir de Ignacy Sachs, economista polonês, conhecido como ecossocioeconomista, pois prefere usar a expressão ecodesenvolvimento em lugar de desenvolvimento sustentável. Escolheu-se esse referencial por conta da sua concepção de desenvolvimento, entendido como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem estar social e preservação ambiental. Há mais de trinta anos Sachs lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política.

Neste contexto, os conceitos mais importantes discutidos no referencial teórico partiram de aspectos determinantes do desenvolvimento sustentável, assim como as políticas públicas que atendam e orientem os pequenos agricultores, principalmente quanto à busca por estabilidade econômica que influi diretamente na formação de uma renda sustentável.

É nessa lógica que Ignacy Sachs defende a ideia do desenvolvimento socialmente incluyente, porque os objetivos do desenvolvimento são sempre éticos e sociais, sendo o problema social mais importante da nossa época o desemprego

aberto, o subemprego e a exclusão social que atingem uma grande parte da população em idade de trabalho, além de ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.

Ignacy Sachs (2008) identifica no modelo de ecodesenvolvimento cinco dimensões de sustentabilidade. Segundo ele, todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta: a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir dos procedimentos metodológicos denominados revisão bibliográfica, análise de dados, análise documental e observação. Foram coletados os dados primários das variáveis relacionadas aos indicadores propostos em fontes como: IBGE, Prefeitura Municipal de Barra do Choça, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal de Agricultura, sites de pesquisas socioeconômicas como o Firjan e Atlas Brasil.

A proposta foi descrever e analisar o desenvolvimento sustentável na cidade de Barra do Choça, a partir do trabalho desenvolvido pela Cooperativa de Pequenos Agricultores de Barra do Choça, a Cooperbac. As técnicas utilizadas de coleta de dados foram entrevistas feitas com cooperados e diretores da Cooperativa estudada, observação a partir do conhecimento da comunidade, história de vida da população favorecida pelo trabalho da Cooperativa e visita à sede da instituição.

Para o desenvolvimento, organização e construção da monografia foram destacadas as políticas públicas utilizadas como ferramentas de controle da economia. As variáveis operacionais utilizadas foram definidas mediante utilização de procedimentos teóricos a partir das hipóteses levantadas. Os procedimentos de levantamento estatísticos foram aplicados sobre os principais índices da economia local como: renda, nível de desemprego, escolaridade, dentre outros.

Os instrumentos que foram manuseados para a construção e exploração da pesquisa originaram-se dos elementos teóricos e estatísticos. Os elementos teóricos desenvolvidos a partir da pesquisa bibliográfica basearam-se em artigos, livros, revistas especializadas e, periódicos que analisassem o assunto. Já os elementos estatísticos foram retirados de órgãos de renome que pesquisam a sociedade brasileira como já citados anteriormente.

A estrutura da monografia além desta introdução é composta de três capítulos. No primeiro capítulo foi feito apanhado histórico sobre a evolução do conceito da palavra desenvolvimento. A revisão teórica sobre desenvolvimento traça

um panorama geral desde as origens do modelo desenvolvimentista, que contribui com vários aspectos e problemas atuais até as novas abordagens de desenvolvimento, focadas no desenvolvimento social e que têm como base a cidadania, formação de capital humano e capital social. No segundo capítulo será feita uma descrição sobre o município de Barra do Choça, e uma análise do desenvolvimento socioeconômico do município no período de 2002 a 2015.

No terceiro e último capítulo será apresentado o objeto de estudo desse trabalho, é feito um apanhado sobre a Cooperbac, a história a contribuição para a sociedade em que ela está inserida. Nesse capítulo é apresentada a metodologia utilizada para se alcançar os objetivos propostos, além da descrição qualitativa e quantitativa do objeto de estudo. Segue-se com as considerações finais, onde é exposta a conclusão sobre o estudo realizado.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, LOCAL E SUSTENTÁVEL

2.1 Desenvolvimento Econômico: a evolução do conceito de Desenvolvimento

Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico (questão altamente discutida), que constitui tão somente uma condição necessária, porém não suficiente para alcançar-se o desenvolvimento. Cabe ressaltar que a palavra desenvolvimento utilizada nesse trabalho serve para indicar o processo de promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população de um país, de uma região ou de um local específico.

A revisão de literatura sobre este tema revelou que, na maioria das vezes, a palavra desenvolvimento ainda está fortemente associada à ideia de ampliar as estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, desta forma, mais apropriada à geração de riqueza, daí a forte vinculação do termo com progresso técnico, crescimento econômico, industrialização, modernização e outras expressões correlatas.

Os fundamentalistas do mercado implicitamente consideram o desenvolvimento como algo redundante. O desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico graças ao efeito cascata. Nessa perspectiva, não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento, basta aplicar a economia moderna, disciplina histórica e universalmente válida (VEIGA, 2005)

Até meados de 1970 o desenvolvimento identificava-se com o progresso material, acreditava-se que isso levaria de forma espontânea à melhoria dos padrões sociais ou que o jogo político poderia fazer com que o crescimento gerasse efeitos heterogêneos na estrutura social, mas todos ainda viam o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico (VEIGA, 2005)

Há outro conceito de desenvolvimento considerado por CLEMENTE (2000 *apud* VEIGA, 2005), que é o desenvolvimento autossustentado. O autor destaca que os defensores dessa linha de pensamento afirmam que o desenvolvimento consiste em uma série de transformações da sociedade que se realizam em cadeia, de forma autossustentada, ou seja, que o processo de desenvolvimento, uma vez desencadeado, apresentaria uma sequência de fases, cada uma criando as condições necessárias para a fase subsequente. De acordo com esse conceito,

seria impróprio empregar o termo desenvolvimento para situações em que os indicadores típicos de desenvolvimento não representam um processo duradouro de transformação da sociedade.

Já para Celso Furtado (1974), o desenvolvimento se caracteriza por um projeto social subjacente ao crescimento, pois quando os frutos do crescimento são utilizados para reforçar a herança de uma sociedade injusta, ao invés de transformá-la, assim os seus benefícios não chegam a melhorar o acesso de parte da população aos direitos mais básicos.

Um dos grandes colaboradores para a evolução do pensamento sobre desenvolvimento foi Amartya Sen, ele teve grande sucesso pelo fato de introduzir uma medida de desenvolvimento que não considera apenas a questão econômica, mas que também incorpora a questão humana. Seu maior mérito foi apontar que pobreza não deve ser medida unicamente pelo nível de renda da população, mas através de outros indicadores de qualidade de vida, como nível de escolaridade e saúde. Sen sempre demonstrou preocupação com a questão da pobreza, sua obra enfatiza a relação entre pobreza e precariedade de acesso da população aos bens e serviços essenciais para a qualidade de vida

Sen (1999) considera que o desenvolvimento pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais, bem como direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente etc. Ratificando essa afirmação pode-se dizer que entre as muitas definições, o desenvolvimento é a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais, e terminando nos direitos ditos coletivos, dentre os quais está, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável.

Amartya Sen traz outra maneira de encarar o desenvolvimento, ele prefere conceituá-lo em termos de apropriação efetiva das três gerações de direitos humanos.

Direitos políticos, civis e cívicos; Direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais; Direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor (SEN, 1999 *apud* SACHS, 2002, p. 14).

É nessa lógica que Sachs (2002) defende a ideia do desenvolvimento socialmente incluyente, porque os objetivos do desenvolvimento são sempre éticos e sociais, sendo o problema social mais importante da nossa época é o desemprego aberto, o subemprego e a exclusão social que atingem uma grande parte da população em idade de trabalho, além de ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.

Retomando Amartya Sen, em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), o autor diz que vivemos em um mundo de riqueza sem precedentes, onde têm ocorrido mudanças notáveis além da esfera econômica. Foi no último século que o regime democrático e participativo se estabeleceu como principal modelo de organização política, os direitos humanos e a liberdade política passaram a fazer parte da vida de boa parte da humanidade e as regiões do globo passaram a se ligar como nunca antes estiveram, não só através do comércio e das comunicações, como das ideias e ideais interativos. Para Sen (2000), superar problemas como a extrema pobreza, necessidades básicas não atendidas, ameaças ao meio ambiente e violação de liberdades políticas, é um aspecto fundamental do processo de desenvolvimento e para combatê-los tem-se que considerar a liberdade individual como um comprometimento social.

Sen (2000) propõe a expansão da liberdade como principal fim e também principal meio do desenvolvimento, essa liberdade consiste em tudo que limita as escolhas e oportunidades das pessoas. Considerando a falta de desenvolvimento como consequência da privação da liberdade, ou seja, da capacidade de agir, salienta a necessidade de uma ação integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições trabalhando como agentes do desenvolvimento e relacionadas de forma interativa, assim:

As disposições sociais, envolvendo muitas instituições (o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública, entre outras) devem ser investigadas segundo sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios (SEN, 2000, p. 11).

O desenvolvimento econômico pode ser muito importante para expandir a liberdade desfrutada pelos atores sociais e gerar mais oportunidades de se alcançar

o almejado DS (Desenvolvimento Sustentável), mas ela depende de outros determinantes como educação, saúde e direitos civis. Para Sen, citado por Veiga:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade numa sociedade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, distinção social sistemática, carência e negligência na prestação de serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos (VEIGA, 2005, p.34).

Após apresentado o ponto de vista de alguns teóricos sobre o assunto que desencadeia a construção desse trabalho, defendemos que o conceito mais apropriado a ser trabalhado aqui é o de Celso Furtado e Amartya Sen, visto que será defendido o Desenvolvimento Sustentável em suas múltiplas dimensões e uma delas é a dimensão social.

Nesse primeiro momento foi visto o conceito de desenvolvimento, partimos agora para os seus indicadores já que isso será importante para embasar a análise dos dados coletados desse trabalho.

2.1.1 Indicadores do Desenvolvimento

A análise dos indicadores econômicos é um estímulo a exames de um conjunto de tabelas, estatísticas e índices econômicos. O indicador mais amplamente utilizado para representar o desenvolvimento de uma região ou de um país é a renda *per capita*, mas existem deficiências nesse procedimento que só seriam reduzidas se fosse complementada a análise com outros indicadores como a distribuição de renda e nível de escolaridade por exemplo.

Há grande variabilidade de tipos e qualidade de informações que podem impedir a análise e comparação dos indicadores de desenvolvimento, daí ser necessário identificar alguns parâmetros comparáveis, legitimados pelas partes interessadas e convenientes para o sistema em questão. Definidos, aceitos e inseridos nos processos de gestão de uma instituição (governos, empresas ou outras organizações da sociedade civil) um dado conjunto de indicadores pode revelar a situação atual dessa instituição e daí permitir compará-la com outras de mesma natureza ou indicar sua evolução em relação a sua própria situação em algum momento anterior.

Segundo Veiga (2005) a formulação de indicadores pressupõe a disponibilidade de informações e dados confiáveis e comparáveis num determinado período de tempo. Esse é o principal desafio que se apresenta, ou seja, apontar caminhos para a identificação de parâmetros confiáveis e comparáveis no tempo para a averiguação do cumprimento e do progresso das práticas de gestão sustentável de maneira custo-efetiva.

A este respeito Tayra e Ribeiro (2006) afirmam que na atualidade centenas de experiências de indicadores, com diferentes modelos e abordagens, estão sendo conduzidas ao redor do mundo e a partir das principais experiências desenvolvidas, os modelos de indicadores de desenvolvimento podem ser classificadas em dois tipos: em primeiro lugar os chamados sistemas de indicadores, que seguem, em sua grande maioria, modelos derivados do Livro Azul da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU e o segundo são os indicadores síntese, que buscam, em uma única unidade, agregar dados de ordem econômica, biofísica, social e institucional. Dentre tais tipos de indicadores, verifica-se uma grande diversidade de abordagens, com diferentes ênfases.

A partir do lançamento do conceito do desenvolvimento sustentável e sua popularização após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), um dos principais desafios constituiu-se na construção de instrumentos para sua mensuração, pois estes também seriam instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável.

Vimos aqui a importância de indicadores como instrumentos para se avaliar o desenvolvimento em órgãos e instituições, a partir dos dados levantados e da análise desses podemos considerar a relevância dos projetos implantados. Os principais índices que serão levados em consideração nessa pesquisa são IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A partir dos dados levantados deve-se levar em consideração o papel do poder público como importante agente de desenvolvimento, inclusive do desenvolvimento sustentável, nesse sentido propomos no próximo tópico avaliar a função do Estado sob este enfoque.

2.1.2 A Função do Estado no Desenvolvimento

Pode-se dizer que o desenvolvimento é um processo por meio do qual o governo local e grupos de base comunitária administram os recursos existentes e entram em novos esquemas de associação com o setor privado, ou entre eles mesmos, para criar novos trabalhos e estimular a atividade econômica em uma zona econômica bem definida.

Segundo Ignacy Sachs o Estado tem três funções principais:

A articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional (que deve ser objeto de uma política cautelosa de integração seletiva, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno); A promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável; A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a keynesiana, a social e a ecoeficiência) (SACHS, 2002 p. 11).

Sachs defende a criação de um conjunto de políticas públicas complementares baseadas no princípio do tratamento desigual aos desiguais, neste caso, de ações afirmativas que favoreçam os pequenos produtores e os empreendimentos de pequeno porte, para compensar a sua desvantagem inicial em relação a empresas maiores, modernas e mais fortes.

O poder público municipal deve ser considerado como importante ator para o desenvolvimento local, pois possui maior proximidade com os problemas locais e maior poder de articulação com os agentes presentes no território municipal. Porém entende-se que os governos locais não têm plenas condições de impulsionar, por si só, o desenvolvimento territorial, então formam parcerias entre instituições públicas e privadas para a promoção do desenvolvimento de determinada região.

Lopes (2001) defende que a ênfase dada ao poder público local não exclui a importância do poder central para o desenvolvimento regional, para ele o poder central continua sendo uma importante fonte para o desenvolvimento regional principalmente nas regiões mais pobres. A intervenção do governo central através da intermediação financeira constitui-se em fator decisivo para a superação do atraso econômico em determinadas regiões.

No âmbito nacional observa-se nos últimos anos um processo de reestruturação do Estado, com a descentralização do poder central e a transferência de várias responsabilidades aos estados e municípios, reforçando a importância das

forças locais. Cada vez mais o Estado tem recuado e cedido espaço para ações de desenvolvimento mais localizadas, dessa forma percebe-se um fortalecimento do poder local como agente estratégico para o desenvolvimento regional.

Os gestores públicos têm se inclinado a buscar soluções que envolvam uma maior participação e comprometimento dos cidadãos na busca e manutenção conjunta de condições que promovam a criação de empregos e melhoria do nível de renda da população. Diversos modelos, entre eles, os modelos de Desenvolvimento Local, ou modelo de desenvolvimento “centro-abaixo”, são testados, produzindo relatos de experiências bem sucedidas em vários pontos do território nacional.

O governo brasileiro adota a visão de desenvolvimento sustentável apresentada pelo Relatório Brundtland, transposto para o nível local: “o desenvolvimento sustentável requer que o desenvolvimento econômico local apoie a vida comunitária e sua força, e que aproveite os talentos e recursos das pessoas que a integram” (Agenda 21 Brasileira, 2005).

As ações e práticas para se alcançar um desenvolvimento sustentável pensado em suas múltiplas dimensões (geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológico, e político), só serão alcançadas mediante participação do poder público juntamente com a sociedade organizada. O exercício da sustentabilidade requer um modelo de intervenção que implica a adoção do princípio da descentralização, tanto no planejamento quanto na execução de ações, e na transferência para os atores sociais de funções que lhes competem em parceria com o Estado.

2.2 Desenvolvimento Local

É interessante contextualizar o surgimento desta vertente que discute o desenvolvimento, denominada desenvolvimento local que, apesar das diferentes abordagens, pode ser definida segundo Buarque (2002) em linhas gerais como um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, municípios, localidades, microrregiões, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população. O desenvolvimento local segue um visão territorial, e não funcional, dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte do pressuposto de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos,

atividades e processos econômicos, mas é também um agente de transformação territorial.

O desenvolvimento local está relacionado aos processos de descentralização que resultam na transferência de parte do poder de decisão das diferentes esferas para os municípios e comunidades. Esta perspectiva firma-se no final dos anos 70 e início dos 80, após a crise econômica, período em que a discussão do desenvolvimento passou de uma visão central e globalizante para uma visão local, apropriada para cada comunidade (BUARQUE, 2002).

Ainda segundo Buarque, a base do desenvolvimento local está o planejamento local, na construção de uma visão coletiva da realidade local e de seu contexto, com base no envolvimento dos atores sociais. Esta construção compartilhada de um projeto de sociedade levaria à novas formas de desenvolvimento, baseadas na corresponsabilidade entre os atores e, nas parcerias entre governo e sociedade.

Abordando as questões do planejamento Buarque (2002) coloca que:

Para se deflagrar um processo de transformações que leve ao desenvolvimento local, é necessário um claro esforço de seletividade e priorização, concentrando as ações nos fatores centrais e determinantes do futuro. O planejamento não pode se deixar dominar pelas emergências e urgências de curto prazo, mas deve estruturar as prioridades numa perspectiva de construção de um novo estilo de desenvolvimento a médio e longo prazos. Não pode ignorar as necessidades e carências da sociedade, mas deve estabelecer a relação destas com os fatores estruturais do desenvolvimento, evitando o imediatismo e a corrida sem fim atrás de solução para os problemas (BUARQUE, 2002, p. 95).

O maior desafio a ser enfrentado por qualquer programa de desenvolvimento local é a questão de que a população deve estar envolvida no processo, uma vez que esta é o motor e a expressão desse tipo de programa.

Buarque (2002) coloca que o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. Especialmente as regiões e municípios pobres, devem perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, vale dizer, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Apenas com economia eficiente e competitiva gerando riqueza local sustentável

pode-se falar efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferência de rendas geradas em outros espaços.

A Agenda 21, em tese, é o principal espaço de discussão e implementação do modelo de desenvolvimento pautado na premissa da sustentabilidade, nos níveis global, nacional e local. Consiste em um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolvem a sociedade civil e o governo num processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais. A Agenda 21 Local está prevista no Capítulo 28 da Agenda 21 Global como o instrumento para se implantar o desenvolvimento sustentável em nível local.

Esta proposta de atuação deve estar centrada na construção de parcerias entre governo e demais setores da sociedade e na participação da população no planejamento e implementação de ações que podem promover mudanças em suas comunidades. A construção e operacionalização do desenvolvimento sustentável como proposto pela Agenda 21 agrega a perspectiva de desenvolvimento local, inspirada no conceito de desenvolvimento endógeno, que consiste em apreender o território na sua globalidade e a engajar a população num processo de transformação que a mobilize.

Um conceito relacionado ao processo de desenvolvimento local é o de *arranjo produtivo local*, que se refere a aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando com foco em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Incluem não apenas empresas, produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, distribuidores, clientes, etc. e suas variadas formas de representação e associação, mas também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento.

A incorporação dos conceitos de territorialidade, formação de capital social e sustentabilidade é compartilhada por muitos autores, que definem esta nova forma de pensar em desenvolvimento como DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O DLIS está sendo considerado como uma estratégia inovadora, uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos de vida mais sustentáveis. Esse conceito é uma evolução sobre o pensamento de Desenvolvimento Local, descrito como uma forma de

desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades, capazes de suprir suas necessidades imediatas, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar o intercâmbio externo, tendo em vista suas vocações (MOURA, 2002).

Esse conceito é uma nova forma de compreender o desenvolvimento como um modo de promover a qualidade de vida para as pessoas (desenvolvimento humano), todas as pessoas (desenvolvimento social) aquelas que vivem hoje e as que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável). É um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, de descobrir ou despertar suas vocações locais, de desenvolver suas potencialidades específicas e de fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens comparativas locais.

O planejamento do desenvolvimento sustentável tem a região como espaço de referência e como foco da organização social, sendo essa a relação que os atores sociais estabelecem entre si e o meio ambiente, definidos como protagonistas do processo de desenvolvimento. Fazer planejamento sustentável é uma tarefa coletiva, multidisciplinar e interativa, e nisto consiste uma das diferenças básicas em relação ao planejamento tradicional, que era focado exclusivamente na economia e suas “externalidades”.

Assim vemos que é importante que as atividades de avaliação também ocorram em espaços locais, pois proporcionam a tal população refletir sobre que desenvolvimento vem sendo alcançado com as políticas públicas implementadas e qual o padrão de desenvolvimento desejado, se esse padrão é o de Desenvolvimento Sustentável e se estão trabalhando que para se alcance esse objetivo.

Mas o que é Desenvolvimento Sustentável? Muito se fala a respeito desse tipo de desenvolvimento e existem três tipos de respostas básicas para responder a essa questão. A primeira trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, sendo assim para se medir o desenvolvimento basta considerar a evolução de indicadores econômicos, como por exemplo, o PIB (Produto Interno Bruto). A segunda resposta seria afirmar que o desenvolvimento não existe, não passa de mito, ilusão, crença ou manipulação ideológica. Essas duas correntes, a do crescimento e a da ilusão, costumam usar a expressão “desenvolvimento econômico” (VEIGA, 2005). A terceira é a discutida atualmente, conceito criado por Gro Harlem Brundtland e aceita na discussão desse trabalho e discutida no próximo

tópico, onde se diz que o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

2.3 O Desenvolvimento Sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável tem sido construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão tradicional de desenvolvimento herdada do século XIX, que privilegia o crescimento econômico e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos naturais.

Veiga (2005) afirma que a expressão desenvolvimento sustentável foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979 no simpósio das Nações Unidas sobre Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, e no qual W. Burger apresentou um texto intitulado “A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento”. O termo começou a adquirir forças em 1987, quando Gro Harlem Brundtland, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um conceito político.

Em 1987, a Comissão Brundtland de Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu tal perspectiva como desenvolvimento sustentável, ou seja, satisfazer necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Em consequência dos citados e outros neste sentido, a ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Comissão Brundtland, haja vista ter sido presidida por Gro Harlem Brundtland primeira ministra da Noruega. Essa comissão tinha os seguintes objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente, e reformular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme. O relatório defende que o desenvolvimento sustentável tem de estar em sintonia com as necessidades atuais e futuras, dependendo de um grande empenho político.

A Comissão Brundtland definiu o desenvolvimento sustentável como um novo caminho de progresso social e econômico. Ela propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, surgindo assim uma nova forma denominada desenvolvimento sustentável, que recebeu a seguinte definição elaborada por Lester Brown do Instituto WorldWatch: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”. Afirma ainda, que o desenvolvimento sustentado se baseia em duas questões chave: a prioridade na satisfação das necessidades das camadas mais pobres da população e as limitações que o estado atual da tecnologia e da organização social impõem sobre o meio ambiente.

Dos autores que mais se dedicaram ao assunto Desenvolvimento Sustentável ao longo das últimas décadas, um dos que melhor consegue evitar simultaneamente as tentações enganosas do otimismo ingênuo e do pessimismo estéril é Ignacy Sachs. Em trabalhos recentes (SACHS, 2002 e 2004) critica essas duas correntes extremas, antes de expor sua própria visão.

Para Sachs, o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios da sustentabilidade social e ambiental e de visibilidade econômica:

Estritamente falando, apenas as soluções que consideram esses três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento (SACHS, 2002, p. 36).

Considerando o que Sachs defende, só será possível existir desenvolvimento sustentável quando o crescimento econômico promover além de aumento nos índices econômicos também a desenvolvimento social com preservação ambiental.

O desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples. Ainda segundo Sachs (2002) a multidimensionalidade complexa do desenvolvimento explicam o seu caráter fugidio. Como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e os modismos intelectuais.

Ignacy Sachs (2008, p. 11-55) prefere usar a expressão ecodesenvolvimento em lugar de desenvolvimento sustentável e identifica no modelo cinco dimensões de

sustentabilidade de que, segundo ele, todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta:

- “A sustentabilidade social, que se entende como criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres”;
- “A sustentabilidade econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Nessa dimensão, a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macro sociais, sistêmicos na relação com as partes e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter macroeconômica”;
- “A sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada se seguidos os seguintes princípios: ampliar a capacidade de renovação dos ciclos ecológicos da Terra, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; limitar o consumo desordenado dos recursos naturais e respeito à biodiversidade ecológica; intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; definir formas de uma adequada proteção ambiental”;
- “A sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas”;
- “Sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que, traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento como conjunto de soluções específicas para o ecossistema, a cultura e o espaço de vida local, respeitando a diversidade biológica e cultural”.

Moura (2002) retoma outro conceito de desenvolvimento sustentável:

Processos em que os esforços de uma população se somam aos do governo para melhorar as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade, procurando integrá-la na vida do país e lhe permitir contribuir plenamente para o progresso social (NAÇÕES UNIDAS apud Moura, 2002, p. 82).

Retomando Sachs, ele defende que:

O desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da autorrealização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas (SACHS, 2002, p. 43).

Percebemos que Sachs vai mais além na conceitualização do desenvolvimento sustentável quando diz que ele pode ser responsável determinar a felicidade do indivíduo. O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), nos relatórios de Desenvolvimento Humano, afirma que o desenvolvimento se relaciona em primeiro lugar à possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolherem (expandir a liberdade) e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem suas escolhas.

Outra nomenclatura para o termo desenvolvimento sustentável é *sustentabilidade*. O caráter da sustentabilidade associa mais diretamente o tema do desenvolvimento econômico à questão do meio ambiente. Para alcançarmos o DS (Desenvolvimento Sustentável), a proteção do meio ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente.

A gestão responsável e sustentada dos recursos naturais e o respeito à preservação da identidade cultural de populações nativas têm servido às vezes de instrumento de contenção dos anseios e necessidades desenvolvimentistas de muitos países. Aliar desenvolvimento e sustentabilidade dos recursos não é uma tarefa fácil de executar, torna-se um grande desafio para os gestores públicos.

Na discussão sobre desenvolvimento sustentável ganham destaque organizações não governamentais e movimentos sociais, a exemplo dos movimentos ecológicos, que introduziram no debate sobre desenvolvimento as questões ambiental e de preservação e qualidade da vida.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, ECO-92, no Rio de Janeiro, veio reforçar a ideia de que o desenvolvimento pressupõe uma distribuição mais igualitária e menos devastadora

dos recursos do nosso planeta. Nesse momento foi aprovada a Agenda 21, que valoriza a identidade, a cultura e os interesses das comunidades locais, além da participação direta, como ingredientes básicos na gestão do desenvolvimento sustentável.

A RIO 92 incorporou preocupações com a cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e a implantação de políticas internas. Preocupações essas, com a pobreza, as mudanças nos padrões de consumo mundial, a difusão da relação entre o desenvolvimento sustentável e densidade demográfica e com a saúde humana, além da relação com o próprio meio ambiente. Foi um dos maiores eventos de discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável, culminando no maior tratado sobre ambientalismo já assinado.

A noção de desenvolvimento sustentável passou a ser vista como uma nova forma de adjetivação, mas implicando considerar e assumir novos padrões de competitividade e equidade, significando uma nova racionalidade pragmática de gestão, incluindo a incorporação no processo de desenvolvimento daquilo que é público e não somente estatal.

Quanto às recomendações para um efetivo desenvolvimento sustentável, podemos dizer que o relatório Brundtland apresentou uma lista geral de medidas que os Estados deveriam tomar que são as seguintes: limitação do crescimento populacional; garantia de alimentação em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores e atendimento as necessidades básicas da população. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991)

Pode-se resumir a evolução da ideia de desenvolvimento sustentável, no último meio século, apontando para sua complexidade, representada pela adição de sucessivos adjetivos, econômico, social, político, cultural, sustentável, e o que é mais importante, pelas novas problemáticas.

Já vimos que o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios da sustentabilidade social e ambiental e de visibilidade econômica.

Estritamente falando, apenas as soluções que consideram esses três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento sustentável.

O atual modelo de crescimento econômico gera enormes desequilíbrios, se por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, a evolução tecnológica tem facilitado na resolução de diversos problemas, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação a ideia do Desenvolvimento Sustentável, vem buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, por fim da pobreza no mundo.

Para Tavares (2005) o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando as desigualdades sociais, para o fim da exploração dos seres humanos, para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou qualquer outra; para garantir a todos o direito à vida e a felicidade, saúde, educação, moradia, cultura, emprego e a envelhecer com dignidade, para o fim da exclusão social, para a democracia plena. A partir destes novos princípios para uma sociedade sustentável, percebe-se o texto de Tavares um tanto utópico, entrando em choque com os modelos tradicionais da sociedade.

Sachs (2002) defende que para um projeto ser considerado como de desenvolvimento sustentável é necessário atender simultaneamente três critérios: relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica. Abaixo exemplificado o padrão de crescimento com desenvolvimento sustentável defendido por ele.

Quadro 01 - Padrões de Crescimento.

| | Impactos | | |
|---|-------------------|----------------|-------------------|
| | Econômicos | Sociais | Ecológicos |
| 1. Crescimento desordenado | + | - | - |
| 2. Crescimento Social benigno | + | + | - |
| 3. Crescimento ambientalmente sustentável | + | - | + |
| 4. Desenvolvimento | + | + | + |

Fonte: SACHS (2002, p.36).

O quadro de Padrões de Crescimento de Sachs mostra exatamente que os impactos nas dimensões econômicas, sociais e ecológicas influenciam diretamente

do desenvolvimento, que só irá acontecer se esse impacto for positivo nos três âmbitos.

Para Sachs (2002) o desenvolvimento sustentável tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas: a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.), a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver), a participação da população (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal), a preservação dos recursos naturais (água, matas, oxigênio, etc.), a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios); a efetivação dos programas educativos.

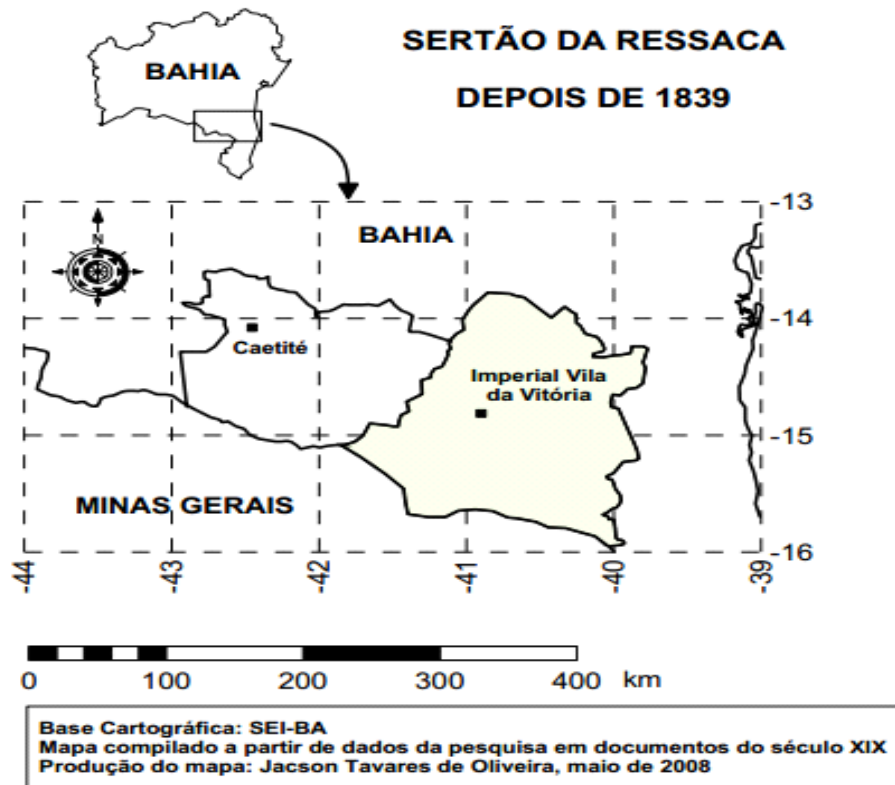
Podemos concluir que uma sociedade sustentável é aquela que garante os direitos da população, direito a educação, saúde, segurança, lazer, emprego, cidadania. É uma sociedade que cuida do meio ambiente, da água, das matas, da qualidade do ar, dos biomas. É uma sociedade sem preconceito, que respeita a diversidade. Portanto uma sociedade sustentável é aquela que respeita o ser humano em primeiro lugar, garantindo as suas necessidades atuais, mas pensando e garantido também as necessidades das gerações futuras.

3 CAPÍTULO II: O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA

3.1 História e Localização

A história do município de Barra do Choça está ligada à história do Sertão da Ressaca, localidade também conhecida como Planalto da Conquista. Na primeira metade do século XIX, o arraial da Conquista, que pertencia ao território de Caetité, sofreu algumas mudanças administrativas e também territoriais. Em 1831 transformou-se em Vila da Província de Minas Gerais e assim o arraial da Conquista, passou ao domínio administrativo da Província de Minas Gerais. Os moradores dos povoados não aceitaram essa decisão, principalmente os do arraial da Conquista, gerando muitos protestos, porém a resposta da presidência das províncias da Bahia e de Minas Gerais demorou e somente em 1839 o território foi desmembrado. No ano de 1840 o arraial emancipou-se, conservando os limites anteriores com a denominação de Imperial Vila da Vitória (NOVAIS, 2008).

Figura 1 – Mapa Sertão da Ressaca depois de 1839

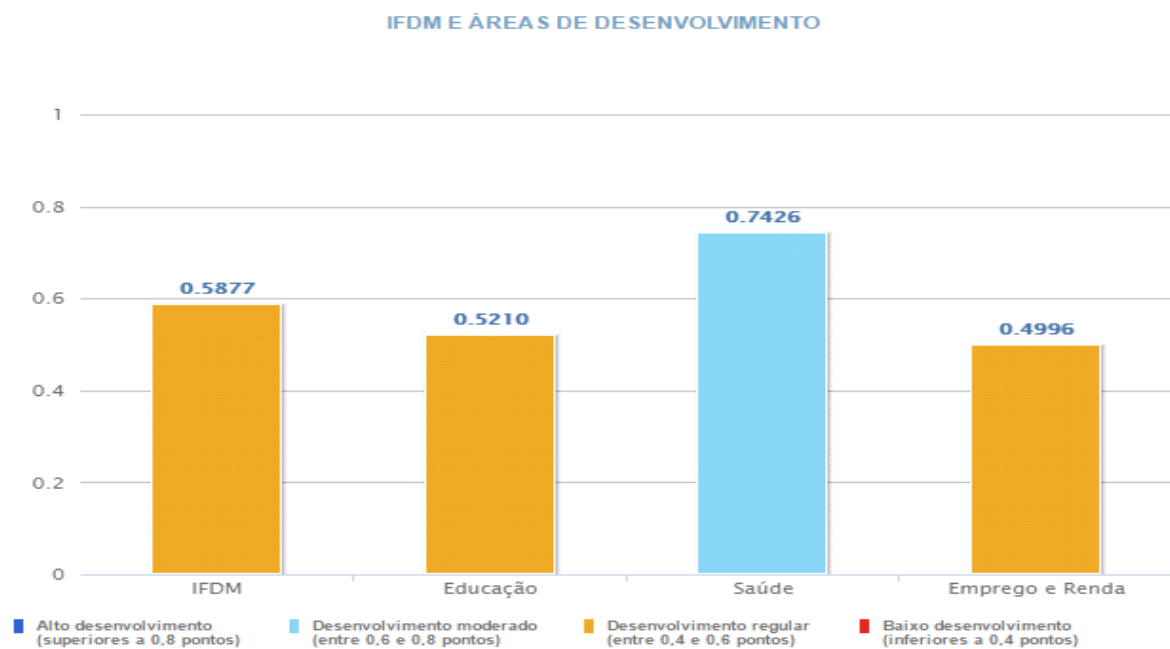


3.2 Demografia e Saúde

De 2005 a 2013 os índices de desenvolvimento do município de Barra do Choça cresceram consideravelmente, ainda que nos dias atuais esteja no nível considerado moderado e muito abaixo do que se espera ser o ideal, principalmente se comparado ao ranking nacional. Os índices aqui considerados são o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) medido pelo IBGE.

Através dos gráficos abaixo, percebe-se que a maior carência do município nos anos analisados sempre foi na área da educação que somente em 2010 saiu do nível considerado baixo e passou ao moderado.

Figura 3 - Gráfico IFDM e Áreas de Desenvolvimento, município de Barra do Choça, ano 2010.

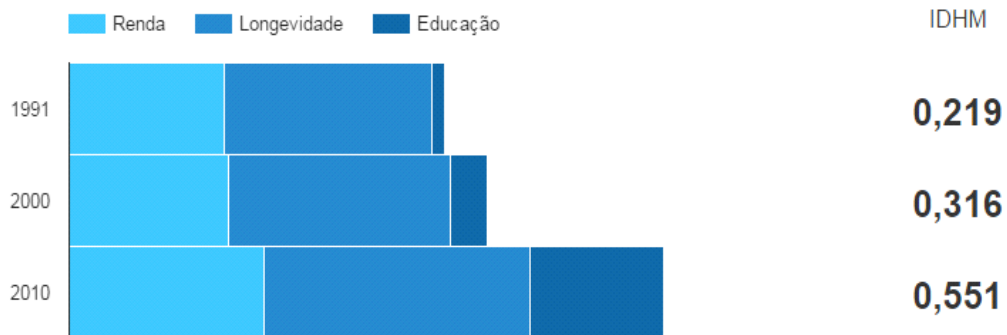


Fonte: Site Firjan

Partindo para a análise do IDHM, percebe-se que esse índice também situa o município de Barra do Choça numa faixa de desenvolvimento baixa, segundo o último censo (2010) o IDHM do município é de 0,551.

Esse índice é uma medida composta de indicadores de três dimensões: longevidade, educação e renda. Mesmo considerando o baixo resultado de 2010, percebe-se que esse índice tem aumentado desde o ano de 1991 conforme gráfico abaixo:

Figura 4 - Gráfico IDHM Barra do Choça, ano de 1991 a 2010.



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (site: Atlas Brasil).

Quanto aos componentes do IDHM de Barra do Choça, esses podem ser discriminados da seguinte forma:

Tabela 1 - Componentes do IDHM

| IDHM e seus componentes Barra do Choça BA | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| IDHM Educação | 0,039 | 0,107 | 0,386 |
| % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo | 4,670 | 6,390 | 23,230 |
| % de 5 a 6 anos frequentando a escola | 6,160 | 32,920 | 93,470 |
| % de 11 a 13 anos frequentando final do ensino fundamental | 3,490 | 13,710 | 67,760 |
| % de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | 2,530 | 6,100 | 24,160 |
| % de 18 a 20 anos com ensino médio completo | 2,360 | 2,630 | 13,910 |
| IDHM Longevidade | 0,600 | 0,642 | 0,770 |
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 60,980 | 63,500 | 71,210 |
| IDHM Renda | 0,448 | 0,460 | 0,563 |
| Renda per capita (em R\$) | 129,95 | 140,40 | 266,13 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Entre 1991 e 2000 o IDHM de Barra do Choça passou de 0,219 para 0,316, uma taxa de crescimento de 44,29%. Nesse período o índice que mais cresceu em termos absolutos foi a dimensão Educação, com uma taxa de crescimento de 0,068. De 2000 a 2010 o IDHM do município passou de 0,316 para 0,551, uma taxa de crescimento de 74,37%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos também foi Educação, com crescimento de 0,279, seguida por Longevidade e por Renda.

Analisando esses dados percebe-se então que, ainda que baixo, o IDHM de Barra do Choça melhorou muito no espaço de tempo entre 1991 e 2010, saiu de 0, 219 para 0, 551, isso implica uma taxa de crescimento de 151,60% para o município enquanto que, no estado da Bahia, cresceu 47%. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (alcançando o valor de 0, 386), seguida por Longevidade (0, 770) e Renda (0 563). No estado, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos também foi Educação, apresentando índice de 0, 358, seguida por Longevidade e por Renda.

3.3 População

Entre os anos de 1991 e 2000, a população de Barra do Choça cresceu a uma taxa média anual de 5,67%, no Brasil essa taxa foi de 1,63%, nessa década a taxa de urbanização passou de 46,87% para 43,41%. Já entre 2000 e 2010 a população cresceu a uma taxa média anual de -1,59%, enquanto que no Brasil cresceu 1,17%, sendo que a taxa de urbanização do município passou de 43,41% para 64,41%.

Tabela 2 - Distribuição da População Barrachocense.

| População Total, por Gênero, Rural/Urbana | | | | | | |
|--|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|
| Popul. Total | 1991 | (%) 1991 | 2000 | (%) 2000 | 2010 | (%) 2010 |
| Popul. Total | 24.844 | 100,00 | 40.818 | 100,00 | 34, 780 | 100,00 |
| Homens | 12.536 | 50,46 | 20.736 | 50,80 | 17.553 | 50,46 |
| Mulheres | 12.308 | 49,54 | 20.082 | 49,20 | 17.235 | 49,54 |
| Urbana | 11.644 | 46,87 | 17.721 | 43,41 | 22.407 | 64,41 |
| Rural | 13.200 | 53,13 | 23.097 | 56,59 | 12.381 | 35,59 |

Fonte: PNDU, IPEA e FJP.

Tratando-se de estrutura etária, podemos dizer que entre 2000 e 2010 a razão de dependência no município passou de 60,48% para 56,14% e a taxa envelhecimento de 4,15% para 7,28%. Em 1991 esses dois indicadores eram, respectivamente, 91,70% e 3,99%.

Tabela 3 - Estrutura Etária População Barrachocense.

| Estrutura Etária da População | | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|
| Estrutura Etária | Popul. 1991 | (%) 1991 | 2000 | (%) 2000 | 2010 |
| Menos de 15 anos | 10.893 | 43,85 | 13.690 | 33,54 | 9.974 |
| 15 a 64 anos | 12.960 | 52,17 | 25.435 | 62,31 | 22.280 |
| 65 anos ou mais | 991,00 | 3,99 | 1.693 | 4,15 | 2.534 |
| Razão de | | | | | |
| Dependência | 91,70 | | 60,48 | | 56,14 |
| Índice de | | | | | |
| Envelhecimento | 3,99 | | 4,15 | | 7 |

Fonte: PNDU, IPEA e FJP.

Figura 5 - Gráfico Pirâmides Etárias



Fonte: PNDU, IPEA e FJP.

Percebe-se que a pirâmide etária do município no decorrer dos anos está se estreitando na base e ficando mais larga no centro o que significa envelhecimento da população, essa tendência é observada no contexto nacional também.

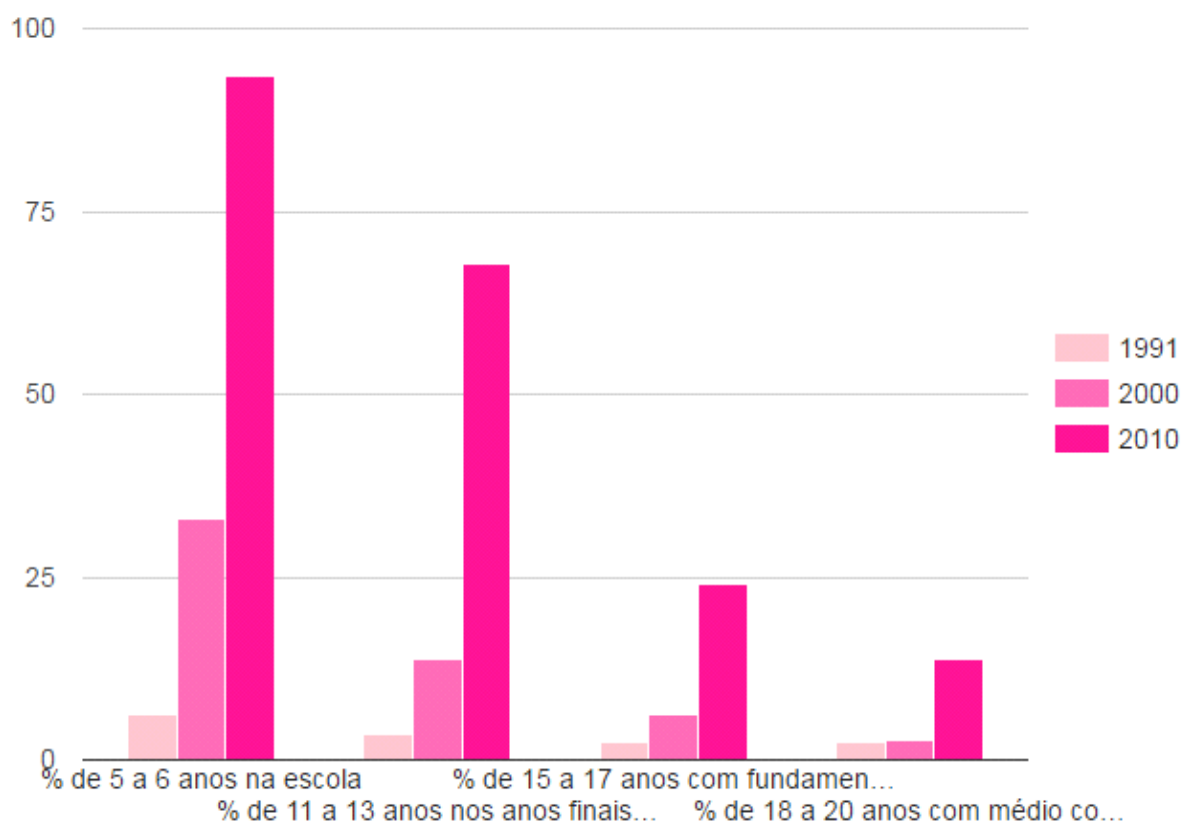
3.4 Educação

A educação formal é considerada um dos setores mais importantes para o crescimento de uma nação, é através da produção de conhecimento, do estímulo à educação, que um país cresce e se desenvolve, aumentando a renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil, e também o município de Barra do Choça, tenha avançado nesse campo nas últimas décadas, ainda há muito a ser feito, pois esse setor continua sendo por anos o mais defasado.

Os fluxogramas abaixo mostram a proporção de crianças e jovens frequentando a escola ou tendo completado determinados ciclos, o que indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o

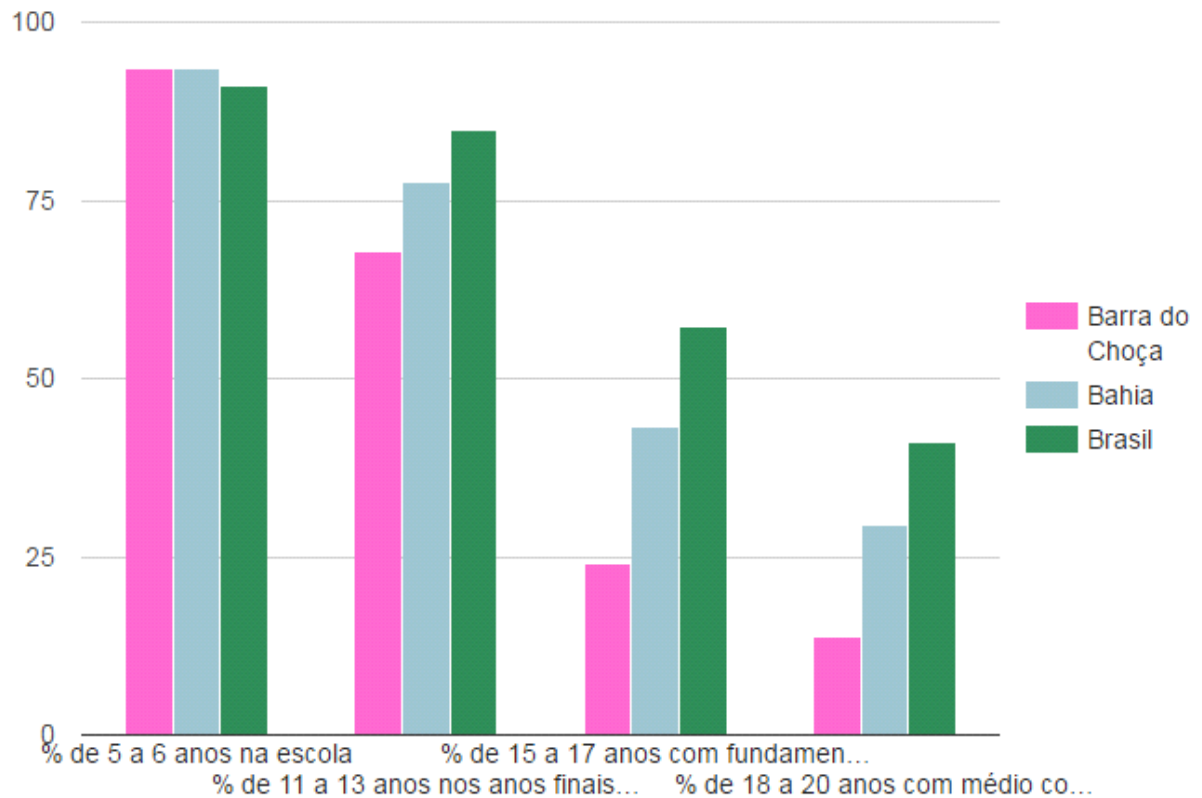
IDHM Educação. No município de Barra do Choça a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 93,47%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 67,76%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 24,16% e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 13,91%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 87,31 pontos percentuais, 64,27 pontos percentuais, 21,63 pontos percentuais e 11,55 pontos percentuais.

Figura 6 - Gráfico Fluxo Escolar por Faixa Etária - Barra do Choça - BA - 1991/2000/2010



Fonte: PNDU, IPEA e FJP.

Figura 7 - Gráfico Fluxograma Escolar



Fonte: PNDU, IPEA e FJP.

Essa diminuição na frequência escolar com o avanço das séries é uma realidade nacional. Sabe-se que os programas governamentais de auxílio às famílias de baixa renda, incentivam os pais a matricularem os seus filhos no ensino infantil e que à medida que se aproximam da fase adulta muitos adolescentes tendem a abandonar a escolar, pois precisam começar a trabalhar para ajudar a família.

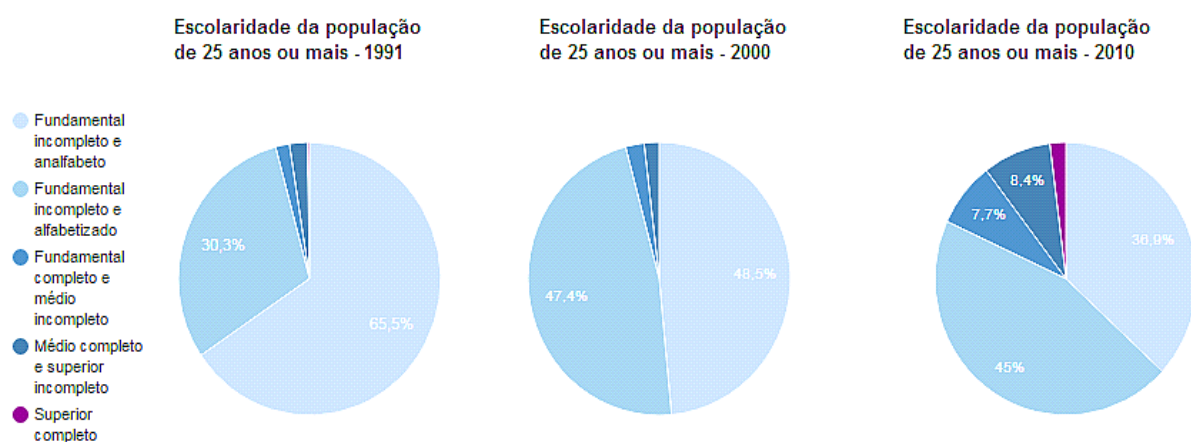
O indicador Expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar, mostra o número de anos de estudo que uma criança no início da vida escolar no ano de referência, deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 5,98 anos para 7,69 anos, no município, enquanto no estado passou de 7,28 anos para 8,63 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 3,72 anos, no município, e de 5,75 anos, na Bahia.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 6,39% para

23,23%, no município, e de 39,76% para 54,92%, no estado. Em 1991, os percentuais eram de 4,67% no município e 30,09%, na Bahia.

A Figura 8 mostra a evolução da escolaridade nos anos de 1991 e 2010 da população do município. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 36,87% eram analfabetos, 18,11% tinham o ensino fundamental completo, 10,40% possuíam o ensino médio completo e 1,98%, o superior completo.

Figura 8 - Gráficos Escolaridade da População de 25 ou mais



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Apesar do percentual de analfabetismo ter diminuído, ainda é muito baixo o percentual de adultos com ensino médio e nível superior, principalmente se comparados aos índices do país (apesar de também não ser o ideal desejado). No Brasil, esses percentuais são, 11,82% de analfabetos, 50,75% com fundamental completo, 35,83% com ensino médio completo e 11,27% com nível superior.

3.5 Habitação e Vulnerabilidade Social

Tratando-se de habitação os dados mostram que o percentual de pessoas com água encanada subiu de 30,8% em 1991, 58,77% em 2000 para 84,74 em 2010. Quanto à energia elétrica o percentual era de 72,31% em 1991, 87,26 em 2000 e 96,83 em 2010. A maior parte da população do município é atendida pelo sistema de abastecimento de energia elétrica. Contudo, o atual sistema não comporta a demanda crescente e existem problemas qualitativos que resultam em frequentes “quedas de tensão” (energia monofásica). Segundo informações cedidas

pela diretoria comercial da Cooperbac, o problema é maior na zona rural, pois os produtores utilizam a energia para operar alguns maquinários, como por exemplo, despoldadores.

Barra do Choça possuía em 2010 um total de 8.208 domicílios. Desses, 99,6% não estavam ligados à rede geral de esgoto ou fluvial; 17,80% não possuíam banheiro sanitário e 39,4% dos domicílios não estavam ligados à rede geral de abastecimento de água, apesar dos imensos reservatórios e nascentes no município (IBGE, 2000).

Entretanto, diante das políticas públicas municipais implantadas nos últimos anos, esses dados sofreram consideráveis alterações, ampliando o atendimento na rede de esgoto, de água, energia, saúde, educação, assistência social, dentre outras. Recentemente a cidade conta com 38% de casas ligadas com rede de esgoto, o lixo é coletado em todas as ruas da cidade, além de alguns distritos e povoados e direcionado a aterros sanitários simplificados, 98% das residências são abastecidas com água encanada, fornecida pela Empresa Baiana de Abastecimento de Água – EMBASA e 98% das residências têm energia elétrica (PMBC, 1995).

A água para abastecimento público é captada da Barragem água fria e recebe tratamento convencional. Na zona rural existem sistemas alternativos de abastecimento de água (poço artesiano, reservatório distribuição e rede de abastecimento, cisternas de consumo e de produção).

O serviço municipal de coleta de lixo é realizado diariamente para atingir a frequência de recolhimento de três vezes na semana. Atingem praticamente 100% da área urbana, com exceção das ocupações por dificuldades de acesso. Na área rural alguns povoados tem coleta de lixo uma vez na semana, são eles: Povoado Santo Antônio I, Povoado Santo Antônio II, Povoado Boa Vista, Povoado Cafezal, e o Distrito de Barra Nova.

A Tabela 4 discrimina o quadro de vulnerabilidade social do município nos períodos de 1991, 2000 e 2010, onde a condição de grupos específicos de indivíduos estão a margem da sociedade, ou seja, famílias que estão envolvidas num processo de exclusão social

| Crianças e Jovens | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Mortalidade infantil | 63,79 | 47,63 | 23,80 |
| % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola | - | 95,13 | 64,00 |
| % de crianças de 6 a 14 fora da escola | 67,63 | 15,46 | 3,13 |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa | - | 19,53 | 18,02 |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos | 2,78 | 3,36 | 3,95 |
| Taxa de atividade - 10 a 14 anos | - | 13,13 | 4,31 |
| Família | | | |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família | 10,26 | 12,10 | 33,19 |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos | 3,49 | 4,18 | 4,06 |
| % de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais | 51,97 | 27,78 | 19,12 |
| Trabalho e Renda | | | |
| % de vulneráveis à pobreza | 93,42 | 90,81 | 63,44 |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | - | 87,18 | 65,25 |
| Condição de Moradia | | | |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada | 29,17 | 53,24 | 80,33 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

A condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, em processo de exclusão social determinado por fatores socioeconômicos do município de Barra do Choça melhorou nos últimos anos. Percebe-se pela Tabela 4 uma evolução nos índices, porém ainda estão muito aquém do necessário para que seja garantido representatividade social das pessoas na condição de vulnerabilidade.

3.6 Economia, Trabalho e Renda

A renda *per capita* média de Barra do Choça cresceu 104,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 129,95, em 1991, para R\$ 140,40, em 2000, e para R\$ 266,13, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,84%. A taxa média anual de crescimento foi de 0,86%, entre 1991 e 2000, e 6,60%, entre 2000 e 2010.

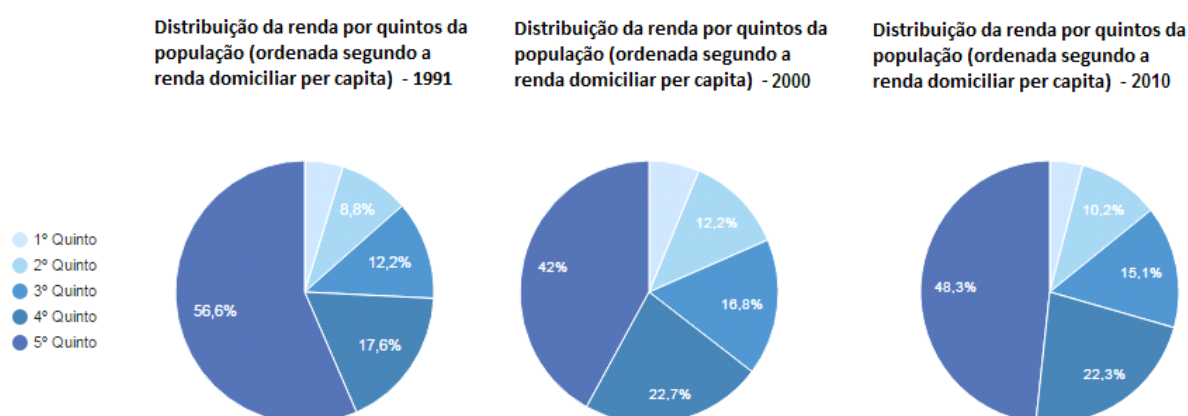
A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 78,65%, em 1991, para 61,95%, em 2000, e para 31,84%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,51, em 1991, para 0,35, em 2000, e para 0,44, em 2010.

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------------|--------|--------|--------|
| Renda per capita (em R\$) | 129,95 | 140,40 | 266,13 |
| % de extremamente pobres | 42,24 | 19,63 | 12,55 |
| % de pobres | 78,65 | 61,95 | 31,84 |
| Índice de Gini | 0,51 | 0,35 | 0,44 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Através da Tabela 5 verificamos que a renda *per capita* mais que dobrou de 1991 a 2010, conseqüentemente caiu pela metade o percentual de extremamente pobres e de pobres. Se fizermos uma análise com os gráficos e tabelas anteriormente apresentados, onde foi verificado uma melhora nos índices de educação, saúde, uma diminuição nos indicadores de vulnerabilidade social, constata-se que quando há melhoria nesses índices é esperado uma diminuição também nos índices de pobreza. Porém esse efeito não garante uma melhor distribuição de renda como podemos verificar na Figura 9.

Figura 9 - Gráficos Distribuição de Renda



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

A figura mostra que um quinto da população de Barra do Choça em 1991 possuía 56,6% da riqueza do município, 42% em 2000 e 48,3% em 2010, ou seja, a concentração de renda é muito grande.

Através da Tabela 6 verificamos que entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa passou de 66,26% em 2000 para 64,78% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação, ou seja, o percentual da população

economicamente ativa que estava desocupada passou de 7,69% em 2000 para 5,52% em 2010.

Tabela 6: Ocupação da população de 18 anos ou mais

| | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|
| Taxa de atividade | 66,26 | 64,78 |
| Taxa de desocupação | 7,69 | 5,52 |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais | 14,20 | 29,98 |
| Nível educacional dos ocupados | | |
| % dos ocupados com fundamental completo | 7,53 | 27,16 |
| % dos ocupados com médio completo | 3,36 | 15,64 |
| Rendimento médio | | |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. | 90,58 | 60,05 |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. | 98,30 | 95,08 |
| Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo | 99,80 | 99,12 |

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Em 2010 das pessoas na faixa etária de 18 anos ou mais, 52,16% trabalhavam no setor agrário e o nível educacional desses no ensino fundamental e completo não passa 45%.

Na Figura 10 é possível analisar que mais da metade da população de 18 anos ou mais é economicamente ativa, muitas vezes o jovem é obrigado a abandonar a escolar para ajudar na renda familiar, melhor seria se pelo menos parte dessa população estivesse se qualificando para só depois ingressar no mercado de trabalho.

Figura 10: Composição da população de 18 anos ou mais



Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

A economia de Barra do Choça baseia-se na atividade agropecuária, mas é centrada a cultura cafeeira que corresponde a aproximadamente 83% da atividade econômica do município e da ocupação de mão de obra. As atividades econômicas secundárias são: cultura de feijão, milho, mandioca, banana, pecuária leiteira e de corte. A apicultura é uma atividade relativamente nova (a partir de 2000), mas vem ganhando espaço no cenário de produção da região. A produção de café abrange 18.400 ha distribuída em pequenas e médias propriedades e é o maior gerador de postos de trabalho do município.

No comércio, os ramos de açougue (17 estabelecimentos), cereais (13 estabelecimentos), materiais de construção/tintas (07 estabelecimentos), mercearia/supermercado (44 estabelecimentos), materiais elétrico-eletrônicos (07 estabelecimentos), respondem por 72,1 % das unidades do setor. Na prestação de serviços, ressalta-se a importância dos ramos de bar e lanchonete (196 estabelecimentos), oficina de bicicletas (13 estabelecimentos), salão de beleza (25 estabelecimentos), que representam 86 % do conjunto empresarial do setor. O comércio varejista não é muito desenvolvido nem é propulsor do desenvolvimento do

município principalmente pela proximidade com o município de Vitória da Conquista, apenas 27 km de distância. A população se desloca com facilidade para usufruir de serviços e produtos na cidade vizinha.

Barra do Choça tem atualmente quatro instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica e uma Cooperativa de Crédito, a Ascoob.

Outra questão importante é a questão fundiária. Em Barra do Choça a maioria das terras pertence a proprietários que residem em outros municípios. Dos 1448 estabelecimentos rurais cadastrados pelo INCRA em 1989, 36,5% têm seus proprietários residindo em outros municípios, a maioria em Vitória da Conquista. Apesar de representarem um pouco mais de um terço do número de imóveis rurais eles detêm 62% da área total. Isso significa que dois terços da área agrícola total do município estão produzindo um excedente que não é reinvestido, sendo levado por esses proprietários para outras regiões, fato que diminui a oferta de empregos para a população.

O município tem uma participação democrática da população representada por algumas Associações e Conselhos:

- FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário;
- FUNDEF – Fundo Municipal de Valorização e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
- CAE – Conselho de Alimentação Escolar;
- CMAS - Conselho Municipal de Ação Social;
- CMS – Conselho Municipal de Saúde;
- CME – Conselho Municipal de Educação;
- COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Como na maioria das pequenas cidades, cidades do interior, o município tem um povo acolhedor solícito e gentil. Os indicadores socioeconômicos evoluíram nos últimos anos, melhoria nos índices de educação com diminuição do analfabetismo, melhoria na renda, diminuição da vulnerabilidade social, aumento na expectativa de vida da população. Enfim, de um modo geral, houve um aumento quantitativo em todos os índices, mas ainda assim abaixo dos índices da Bahia e do Brasil, ou seja, é necessário muito trabalho e esforço para se alcançar os números desejados.

4 COOPERBAC – COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE BARRA DO CHOÇA

4.1 Cooperativismo

O Cooperativismo é um dos instrumentos de organização da sociedade, por meio de ajuda mútua, para resolver diversos problemas. A palavra cooperação é derivada do latim *cooperatiōne* que, por sua vez, deriva do verbo *cooperari*, de *cum+operari* = operar, trabalhar em conjunto, uma forma de prestação de auxílio, objetivando o bem comum. Foi um movimento iniciado na Inglaterra no século XIX, à medida que a indústria de lá prosperava, alguns trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e renda. Um grupo de tecelões, por não conseguirem de seus patrões as melhorias solicitadas, reuniu-se para encontrar uma maneira de melhorar sua situação econômica e assim foi elaborado um projeto que recebeu o nome de *Rochdale Equitable Pioneers Society* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale) considerada a primeira Cooperativa do mundo moderno.

A filosofia cooperativista determina que os integrantes desse sistema se obriguem de forma recíproca a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividades econômicas de objetivos comuns, sem fins lucrativos, pois apesar de se tratar de uma organização empreendedora, no final de cada exercício, o resultado operacional obtido (lucro ou prejuízo) é distribuído proporcionalmente ao volume de operações de cada associado. Nesse tipo de instituição não existe empregador, os que nela trabalham e administram são eleitos através de assembleia geral, conselho e representantes.

As cooperativas funcionam como intermediárias entre os associados e o mercado, buscando proporcionar vantagens econômicas, pois há um forte poder de barganha em que os intermediários são eliminados, permitindo um controle mais adequado da produção de bens e serviços. Buscam também gerar lucro para distribuir aos seus associados e aumentar a qualidade de vida e bem-estar dos mesmos. Apesar das ideias sociais e princípios filosóficos que fundamentam as cooperativas, não se pode desprezar que elas têm uma fundamentação econômica. Não existe dúvida quanto ao fato da instituição que é objeto de estudo desse trabalho se enquadrar no perfil de cooperativa.

4.2 O Papel do Banco do Brasil na história da Cooperbac

A Cooperbac é fruto do programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil, ou melhor, da Fundação Banco do Brasil, isso por que a cooperativa surgiu principalmente a partir do apoio dessa instituição. O Banco tinha como objetivo constituir ou organizar uma cooperativa de pequenos agricultores na região, o que ocorreu após 02 (dois) anos de reuniões para sensibilização, capacitação, formalização e legalização. Mas, para entender esse processo busquemos primeiramente saber como funciona e é tratada a questão do desenvolvimento sustentável dentro do Banco do Brasil.

O conceito de DS adotado pelo Banco do Brasil é o mesmo utilizado nesse trabalho, modelo apresentado no Relatório Brundland de 1987. O BB procura adotar esse referencial como política para orientar as decisões corporativas como processos, serviços e produtos preocupando-se com os impactos sociais e ambientais, na expectativa de contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões do país.

O Banco atua com foco no Desenvolvimento Sustentável por meio de várias ações: Programa de Voluntariado, Responsabilidade Socioambiental Empresarial, Programas voltados para o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) , Negócios Sociais e por fim Programas e Projetos estruturados pela Fundação Banco do Brasil (FBB) onde se enquadra a Cooperbac.

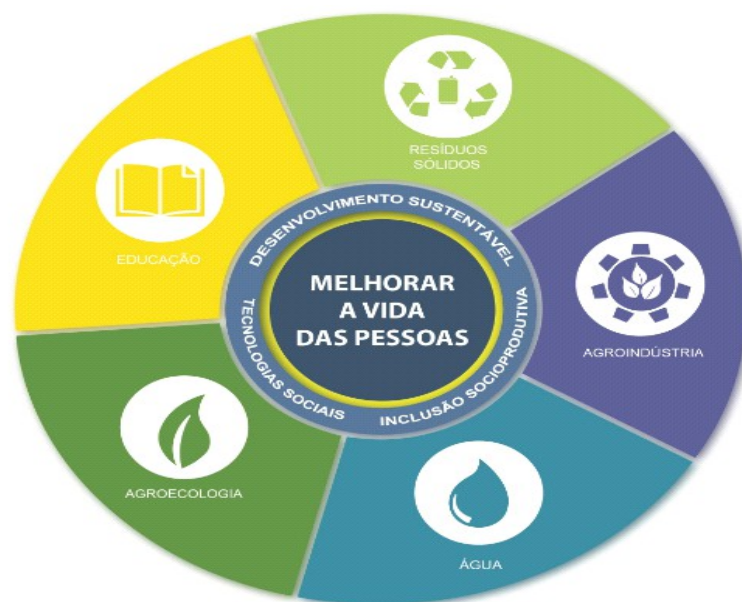
A FBB tem 30 anos de existência e estrutura sua atuação de forma a identificar e mobilizar diferentes atores sociais na busca por soluções efetivas para aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável das comunidades brasileiras. O programa constitui-se no apoio à transferência e apropriação pela comunidade, de tecnologias sociais desenvolvidas pela Fundação ou aquelas identificadas, selecionadas e certificadas pelo prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, disponibilizadas no Banco de Tecnologias Sociais. O objetivo geral do programa é reuplicar tecnologias sociais geradoras de transformação social, por intermédio de articulação e apoio direto ou em parcerias, visando contribuir para inclusão social e promoção da cidadania, no País.

O público alvo dessa iniciativa são as populações urbana e rural excluída ou em risco de exclusão social, tais como trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamentos rurais, populações habitantes de reservas extrativistas, populações

tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc.), agricultores familiares, trabalhadores urbanos desempregados, segmentos socialmente discriminados no mercado de trabalho, catadores de material reciclável, populações habitantes em áreas de lixões, populações isoladas e segmentos populacionais atendidos por outros programas sociais desenvolvidos pela própria Fundação.

Os cinco vetores de atuação da FBB são: água (ações voltadas para o uso sustentável e conservação dos recursos hídricos), agroecologia (ações direcionadas à promoção da agroecologia e fortalecimento da agricultura familiar), agroindústria (investimentos sociais em empreendimentos coletivos e solidários para o beneficiamento da produção de públicos alvo da FBB, agregando valor aos produtos numa lógica de cadeia produtiva, da produção ao consumo), resíduos sólidos (investimentos voltados à inclusão social dos catadores de materiais recicláveis) e educação (concentra ações voltadas ao desenvolvimento integral das potencialidades dos públicos-alvo, promovendo o processo de modernização na área de educação visando educar para uma vida sustentável, dialogando com todos os demais vetores). Estes vetores, que concentrarão grande parte do investimento social no triênio 2016-2018, contemplam boa parte dos programas e projetos atuais, e das parcerias negociadas ou em construção com os principais parceiros estratégicos:

Figura 11 - Vetores de atuação da FBB



Fonte: Site www.fbb.org.br

O Banco apoia por meio da Estratégia Negocial Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), atividades produtivas identificadas como principal vocação da região. O BB busca desenvolver e fortalecer a atividade escolhida observando os princípios da sustentabilidade e estimulando o protagonismo local, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil.

Um dos pressupostos da estratégia é a atuação em cadeia de valor. Esta atuação observa todos os elementos de influência direta e indireta, ou seja, contempla desde o fornecimento de insumos, passando pela produção, pelo beneficiamento e pela comercialização, até o consumidor final.

A Estratégia DRS objetiva fortalecer a agricultura familiar e o empreendedorismo urbano, impulsionar o associativismo e o cooperativismo e promover a inclusão socioprodutiva e financeira das pessoas envolvidas na atividade por meio da capacitação, da geração de trabalho e renda e da ampliação do acesso ao crédito.

4.3 Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável

O Brasil é um país grande e com muita riqueza natural, diversas culturas e um vasto território, mas ainda assim um país de grande desigualdade social. Temos regiões desenvolvidas e outras que enfrentam grandes dificuldades e dura pobreza e mesmo nas regiões com bom desenvolvimento existem brasileiros com dificuldade de acesso à saúde, educação, moradia digna, trabalho e renda.

Diminuir essas desigualdades socioeconômicas é um dos desafios que devem ser vencidos para que o país se desenvolva de forma justa e não apenas no lado econômico, mas também social e ambiental. É necessário criar um modelo de gestão que atenda às necessidades da geração atual e também das gerações futuras. Para isso é necessário o envolvimento de todos: governo, empresas, instituições de ensino, instituições financeiras, instituições não governamentais.

O primeiro capítulo desse trabalho conclui que um programa de DS só pode ser assim intitulado se as atividades produtivas forem economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observando e respeitando a diversidade cultural. Um negócio é sustentável quando explora atividades que buscam o equilíbrio entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais e respeitam a identidade cultural das comunidades e regiões. Só assim os resultados

serão duradouros e sustentáveis, e as melhorias serão desfrutadas pelos nossos filhos, netos, bisnetos. Isso é sustentabilidade.

As atividades produtivas do DS são trabalhadas partindo da valorização da visão de cadeia de valor, pois há uma interdependência entre as etapas do processo produtivo, ou seja, cada fase da atividade está diretamente ligada à fase anterior e a fase seguinte, é necessário que se tenha essa visão para cuidar de cada fase já que isso vai repercutir no valor do produto final.

4.4 Cooperbac, História e Contribuições

A Cooperbac, Razão Social Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região LTDA, é uma cooperativa agrícola que foi criada em 20 de dezembro de 2007 com o objetivo de:

Valorizar a produção dos seus cooperados, adquirir e repassar aos associados bens de produção e insumos, obter recursos para financiamento de investimento e custeio, prestar assistência técnica, promover capacitação cooperativista, profissional e prestar outros serviços relacionados à atividade econômica da organização (ESTATUTO DE CRIAÇÃO, 2007, p. 1).

Surgiu a partir da vontade de pequenos agricultores rurais já organizados em associações. A perspectiva era crescerem como organização e assim alcançarem benefícios como compra e venda coletiva, por exemplo, e assim baratearem os custos adquirindo mercado justo para seus produtos, melhorando a qualidade de vida dos produtores.

Figura 12 - Logomarca Cooperbac.



Fonte: Fornecido pela diretoria da cooperativa.

A cooperativa é formalizada e segundo a diretoria, o Estatuto e o Regimento Interno são colocados em prática. A instituição se desenvolveu bastante nesses últimos anos e parte das conquistas alcançadas deve-se à forma organizada de trabalho dos cooperados, mas principalmente da diretoria que cuida e administra a instituição. Eles possuem cadastro de clientes e fornecedores; os produtos não são todos cadastrados, apenas o café; existe uma preocupação em comparar os preços com a concorrência e utiliza-se de canais de comercialização e distribuição. A mão de obra direta é considerada qualificada e contrata-se serviços de terceiros para entrega, por exemplo. Em relação ao plano financeiro, utilizam-se de controles de receitas e despesas, utilizam DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) e tem a prática de calcular o custo, mas não é feito um detalhamento do investimento.

Todos os associados da Cooperbac fazem parte da agricultura familiar da região. A agricultura familiar é uma forma de produção que valoriza o trabalho familiar, os pequenos agricultores, a inclusão de jovens e mulheres na produção de alimentos, o aumento na qualidade de vida da população envolvida e acima de tudo a democratização do acesso a terra, caracterizando-se como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável.

A agricultura familiar é a principal responsável pela comida que chega à mesa dos brasileiros, de acordo o Ministério do Desenvolvimento Agrário sua contribuição chega a 70% dos alimentos produzidos no Brasil. O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção (Fonte: Ministério da Agricultura).

A cooperativa possui uma importante certificação que é o Selo da Agricultura Familiar, ele é um importante instrumento para identificar os produtos oriundos desse setor. Esse selo tem como finalidade identificar a origem e promover a inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados de forma diferenciada em consonância com as políticas públicas para o setor. As instituições que tem esse selo também recebem benefícios fiscais do Estado destinados aos produtos oriundos da agricultura familiar.

Figura 13 - Selo da Agricultura Familiar



Fonte: Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário

A respeito da implementação de políticas públicas diferenciadas para o meio rural destinadas a estimular a produção de alimentos através da agricultura familiar merecem destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), os Planos Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária, os Programas Territórios e de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos e a Política de Habitação Rural (Fonte: Ministério do Meio Ambiente), foram essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

A história do ciclo econômico brasileiro mostra que a agricultura familiar sempre foi uma estrutura produtiva deixada em segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país, Mattei afirma que:

A criação do PRONAF representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma categoria social - os agricultores familiares - que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (MATTEI 2014, p. 2).

Com ampliação do crédito e do mercado por meio de programas como o de aquisição de alimentos através do Plano Safra, segundo Mattei (2014) a agricultura familiar segue estruturada e com investimentos crescentes. Esses recursos são

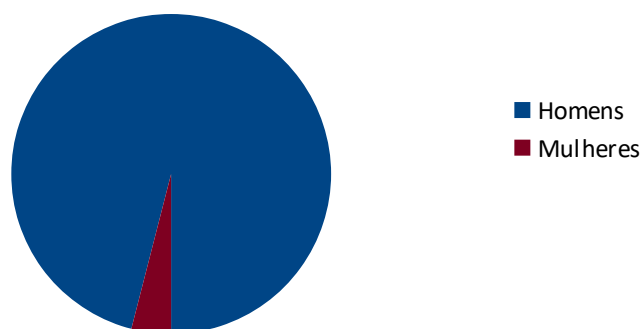
administrados e distribuídos pelos bancos estatais através de programas de crédito para custeio e investimento à produção como o PRONAF.

Atualmente o quadro societário da Cooperbac é de 151 associados, o perfil dos cooperados pode ser assim distribuído:

- Sexo: Os Homens representam 96 % do quadro de Associados:

Figura 14 - Quadro de Associados por Gêneros

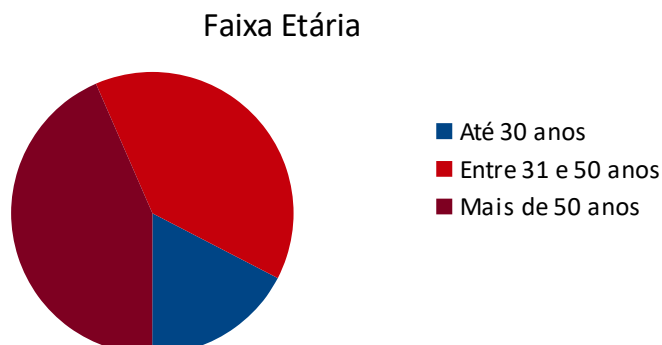
Quadro de Associados Cooperbac 2016



Fonte: Dados fornecidos pela diretoria da Cooperbac - Gráfico construído pelo autor.

- Idade: 17,40% têm até 30 anos, 39,13% entre 31 e 50 anos e 43,47 tem mais de 50 anos; Percebe-se que os jovens têm migrado cada vez mais cedo da zona rural para os grandes centros em busca de oportunidades de estudo e emprego, a zona rural está envelhecendo:

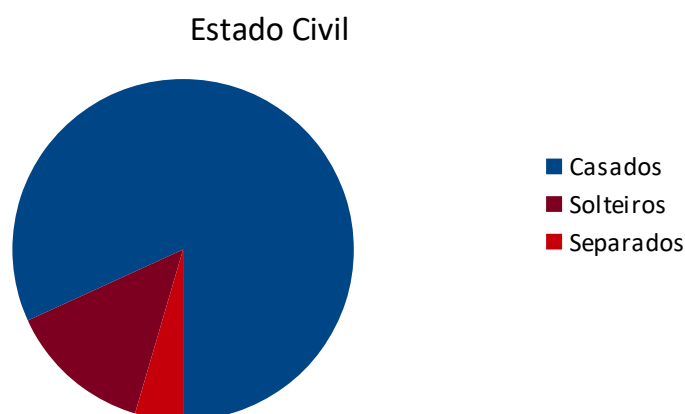
Figura 15: Quadro de Associados por Faixa Etária



Fonte: Dados fornecidos pela diretoria da Cooperbac - Gráfico construído pelo autor.

- Estado Civil: Casados representam 81,82%, solteiros 13,64% e separados 4,55%, essa disparidade no percentual entre casados e solteiros justifica a característica de agricultura familiar, pequenas propriedades administradas pelas famílias:

Figura 16 - Quadro de Associados por Estado Civil



Fonte: Dados fornecidos pela diretoria da Cooperbac - Gráfico construído pelo autor.

- Escolaridade: Os associados com nível fundamental representam 45,45%, e com graduação apenas 4,55%, os 50% restante não declararam, mas podem ser considerados analfabetos funcionais, sabem apenas escrever o próprio nome e decodificar algumas palavras e textos curtos:

Figura 17: Quadro de Associados por Escolaridade



Fonte: Dados fornecidos pela diretoria da Cooperbac - Gráfico construído pelo autor.

- Propriedade da terra: 81,82% são proprietários dos seus estabelecimentos rurais, 18,82% são arrendatários; O tamanho das propriedades podem assim serem distribuídas, de 1 a 3 hectares 13,64%, 4 a 6 hectares 36,36%, 7 a 10 hectares 13,64%, 11 a 15 hectares 13,64% e acima de 15 hectares 22,73%, sendo que as maiores frequências ocorrem com os cafeicultores que são donos da propriedade¹.

Figura 18 - Quadro de Associados por Propriedades



Fonte: Dados fornecidos pela diretoria da Cooperbac - Gráfico Construído pelo autor.

¹

- Tempo de Associados: 83% são associados há pelo menos 3 anos e 17% ingressou nos últimos dois anos.

A diretriz suprema da COOPERBAC é a assembleia geral dos cooperados. A estrutura de gestão da cooperativa é composta pelos órgãos de administração e fiscalização: Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética. A diretoria é composta de Órgãos de Administração e Fiscalização, representados por: presidente, diretor financeiro e diretor comercial. Os representantes são escolhidos a partir de eleição por maioria conforme o estatuto e a vigência do mandato são de três anos.

Apesar das responsabilidades serem definidas não existe um organograma formal. Também não foram determinadas a Missão, Visão e Valores da instituição. Os indicadores contábeis são realizados por exigências legais, mas não são utilizados para tomadas de decisões.

Desde sua fundação a Cooperbac se empenha em continuar organizando os pequenos produtores para melhorar-lhes a qualidade de vida, proporcionando-lhes sustentabilidade econômica e social.

A produção agrícola é realizada de forma individual pelos agricultores cooperados nos seus sítios e fazendas, parte do que é produzido por esses é vendido á vista ou com curto prazo à cooperativa que revende aos clientes da instituição, governo, mercados etc., também à vista, pretendendo-se assim minimizar os riscos de perda financeira com inadimplência. O plano de produção é feito para atender as operações de venda ao PAA e ao PNAE. O estoque da cooperativa é mínimo, portanto o controle é simplificado.

Dentre as grandes realizações da cooperativa está a criação e comercialização do café com a marca própria, o Café COOPERBAC. Ele é produzido com grãos selecionados de Café Arábica, o que lhe confere sabor e aroma, que são plantados, colhidos e selecionados pelos seus cooperados/agricultores familiares. O café é vendido para atacadistas e varejistas nos mercados convencionais e também existe convênio com órgãos como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Figura 19 – Embalagem do Café Cooperbac



Fonte: Fornecido pela diretoria da Cooperbac

A cooperativa tem representação na maioria dos Conselhos Municipais de Barra do Choça: Conselho de Alimentação Escolar (CNA), Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), Conselho de Segurança Pública (CSP), Conselho de Meio Ambiente (CMA), o que os insere nas tomadas de decisões do município. Além disso, a cooperativa é filiada a Rede Gavião que é formada por 08 cooperativas, a Arco Sertão (instituição que comercializa produtos das instituições associadas) e a União Nacional das Cooperativas.

Atualmente foi concluída a obra da Unidade de Torrefação, Moagem e Empacotamento de Café, realizada com recurso do Governo do estado através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR) e também a Unidade de Descascamento e Classificação de Café executada com recurso da Fundação Banco do Brasil. Foi adquirido um caminhão para transporte de café, frutas e verduras, utilizando recurso da Fundação Banco do Brasil. Com esses empreendimentos será possível agregar valor através da verticalização da produção dos associados à Cooperativa, gerando assim aumento da renda e melhoria na qualidade de vida das famílias envolvidas nesse processo.

Segundo a presidente da Cooperbac os empreendimentos, quando estiverem em pleno funcionamento, tem expectativa de gerar faturamento anual no valor de R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais) com agregação de valor superior a R\$ 1.500.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Reais) na economia dos agricultores associados à Cooperbac.

4.5 A Cooperbac e o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável

Defendendo a ideia de que a Cooperbac configura-se como uma instituição que tem princípios sustentáveis, buscamos nesse tópico elencar projetos desenvolvidos nos âmbitos social, econômico e ambiental, tripé do conceito de desenvolvimento sustentável defendido nessa pesquisa. Como citado no primeiro capítulo apenas as soluções que consideram esses três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais, ambientais e econômicos, merecem a denominação de desenvolvimento sustentável.

- **Social**

A Cooperativa busca a inclusão social dos jovens residentes nos povoados e comunidades do município de Barra do Choça que tem alguma ligação com a instituição, a partir da compreensão de que ações de cidadania e a problematização do papel do jovem como autor da sua própria história possa fortalecer o reconhecimento dos seus direitos e a sua importância enquanto agentes políticos, podendo contribuir para mudar a realidade própria, da família e das gerações futuras.

O trabalho com os jovens é feito com a inclusão deles na área agrícola e o incentivo da Cooperbac na formação técnica e superior. No ano de 2015 a cooperativa auxiliou na formação técnica de seis cooperados e alguns jovens estão fazendo curso superior. A intenção da diretoria é fomentar a capacitação dos jovens e auxiliá-los no ingresso no mercado de trabalho para que, inclusive, estes venham a trabalhar na própria cooperativa, no laboratório de café por exemplo.

A instituição tem como foco mostrar aos cooperados, principalmente aos jovens, através de parcerias com a Rede Gavião e a PROCASUR, que trabalhar no

campo, nas terras da família ou como funcionários de outras fazendas têm mais vantagens do que sair para outras cidades para trabalhar. A cooperativa se preocupa com o envelhecimento dos seus membros e o êxodo rural. Existe um acompanhamento próximo dos cooperados e seus familiares, a fim de promover a qualidade de vida, saúde, educação, cultura e lazer.

Existe um programa de incentivo e intermediação de estágios para os cooperados ou para os jovens que tenham algum vínculo com a cooperativa em instituições do município de Barra do Choça e também em Vitória da Conquista, assim como na própria Cooperbac. Além disso, a instituição também promove cursos e palestras com frequência para seus cooperados.

- **Econômico**

O âmbito econômico talvez seja o que parece ter mais ações fáceis de apontar e relacionar com os outros dois pontos do tripé, percebe-se que quando uma ação considerada de âmbito econômico é bem sucedida pode ajudar nas questões sociais e ambientais também.

Abaixo citamos as principais atividades e aquisições da cooperativa:

Aquisição de um caminhão: Adquirido através da Fundação Banco do Brasil, esse veículo é utilizado para o transporte do café produzido pelos cooperados até a unidade de beneficiamento de café e os pontos de comercialização, proporcionando assim uma maior competitividade aos agricultores. Como consequência eleva-se a renda dos cooperados, pois diminui a contratação de fretes para fazer o transporte do café.

O caminhão também é utilizado para o transporte das frutas e verduras fornecidas pelos agricultores e que são vendidos no mercado local e nas escolas.

Aquisição de máquina para descascar e outra para classificar o café cru: Adquirida através da Fundação do Banco do Brasil, as máquinas de descascar e classificar o café cru, assim como o caminhão, aumentam a renda dos cooperados, pois eles deixam de terceirizar esse serviço e agregam valor ao grão.

Os cooperados vendem o café à cooperativa por um valor às vezes superior ao do mercado e são os funcionários de lá que fazem o processo de descascar, classificar, torrefar, moer e ensacar o café. Vale ressaltar que o café é vendido tanto em grãos (cru ou torrefado) como moído e embalado, com a marca própria.

Unidade de torrefação e moagem de café: Projeto concretizado em 2016 visa melhorar a produção e comercialização do café a partir da verticalização da produção dos agricultores. Essa unidade de torrefação foi um convênio assinado com o governo do Estado da Bahia através da Companhia de Ação Regional (CAR). Com esse projeto a Cooperbac irá produzir cafés visando atender o mercado do PAA e do PNAE, o mercado convencional através dos agentes varejistas e o mercado de cafés especiais para hotéis e cafeterias. Pretende-se futuramente produzir café expresso e *gourmet*.

Laboratório: Atualmente existe uma parceria firmada entre a Cooperbac e a UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), que faz as análises de solo e do café da cooperativa. Hoje Existe o projeto de instalação de um Laboratório próprio completo de prova de café, isso também ira minimizar os custos de análises.

Além do laboratório pretende-se implantar métodos de economia de energia, como placas de captação de energia solar por exemplo.

Intermediação Financeira: Junto ao Banco do Brasil, maior agente de crédito rural brasileiro, a cooperativa faz a intermediação com os pequenos agricultores buscando a contratação de limites de crédito e operações de Pronaf, tanto para o investimento produtivo quanto para custeio. A Cooperbac auxilia na construção dos projetos que são necessários à contratação do crédito e que devem ser feitos por técnicos. Além de intermediar o crédito a cooperativa também auxilia na cobrança dos inadimplentes.

Compra Coletiva: São realizadas várias compras coletivas entre os cooperados. A instituição compra insumos para o plantio do café em grupo, assim existe uma diminuição nos custo com a saca de adubo em aproximadamente 30%, o que contribui para ampliar a competitividade e agregar valor ao produto.

Ambiental:

Gestão Ambiental: A cooperativa tem o cuidado de não agredir o meio ambiente por isso foi criado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Esse plano é baseado na legislação vigente, que estabelece os princípios básicos de minimização de geração de resíduos, identificando e descrevendo as ações relativas ao seu manejo adequado, levando em consideração os aspectos referentes a todas as etapas produtivas compreendidas pela geração, separação,

acondicionamento, identificação, armazenamento temporário, coleta, transporte, tratamento e disposição final devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

Conforme classificação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) os resíduos produzidos pela unidade são: Orgânicos, Rejeitos, Rejeitos Perigosos e Especiais e Recicláveis. Os resíduos são separados conforme a sua classificação e descartados de forma mais adequada conforme determina o PGRS. Os descartáveis são rigorosamente selecionados e coletados por setor ou pessoas responsáveis, minimizando a quantidade de lixo enviado aos lixões e aterros sanitários e conseqüentemente diminuindo a poluição do meio ambiente.

A instituição prioriza os catadores que participam de associações existentes no município implementando o trabalho destes com o convite para que participem de eventos que envolvam o meio ambiente, firmando uma parceria através de doações de materiais recicláveis. Os resíduos resultantes dos processos de moagem e torrefação são orgânicos viram adubo orgânico e são distribuídos entre os cooperados que utilizam em suas hortas.

As unidades geradoras de resíduos sólidos (Unidade de Moagem e Torrefação de Café e a Unidade de Descascamento e Classificação do Café) adotam em seus equipamentos uma tecnologia moderna e econômica de fácil operação, baixo custo de manutenção e que produz o mínimo de resíduos poluentes. Não geram efluentes líquidos industriais nem resíduos sólidos perigosos.

A cooperativa também trabalha com educação ambiental através de distribuição de folders e cartilhas que informam e orientam sobre os tipos de resíduos produzidos e como deve ser feito o armazenamento e descarte. Sempre são oferecidos cursos e palestras para os funcionários e cooperados no intuito de conscientizar os membros e efetivar o PGRS, diminuindo a quantidade de resíduos e efetivando o compromisso com a preservação do meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que os vários atores que compõem o cenário mundial, possuem interesses e concepções diversas sobre desenvolvimento e sustentabilidade, e de como proceder para a implantação dos mesmos. Mas o fato de estarmos na mesma situação, leva a uma responsabilidade comum na construção de uma realidade social que permita aos diversos sistemas sociais, persistirem de forma sustentada respeitando a diversidade de cada organização social.

Acredita-se que é possível conciliar progresso econômico, preservação do meio ambiente e da cultura popular e justiça social, e assim garantir a preservação do homem numa sociedade com crescimento sustentável. O respeito aos direitos humanos, à cidadania, à ética e às necessidades básicas são essenciais para se garantir o progresso do ser humano, isso garante a liberdade do homem como defende Sachs.

Faz-se necessário um conjunto de políticas públicas complementares baseadas no princípio do tratamento desigual aos desiguais, neste caso, de ações afirmativas que favoreçam os pequenos produtores e os empreendimentos de pequeno porte, para compensar a sua desvantagem inicial em relação a empresas maiores, modernas e mais fortes.

Quando se trata de planos de desenvolvimento sustentável é importante que não somente a comunidade esteja envolvida, como também é importante que o poder público aliado a outras instituições, participe e esteja presente nos processos de desenvolvimento visando o bem da população.

Isso também implica dizer, que uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos, o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de manter um padrão predatório de desenvolvimento, uma forma de governança centralizada e autoritária (JACOBI, 1999).

Foi possível concluir, como era de se esperar, pela defesa do conceito de desenvolvimento sustentável para o século XXI, postulando a necessidade de buscar um novo paradigma científico, capaz de substituir a concepção de desenvolvimento unicamente pela via da industrialização. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que

os recursos naturais são finitos. Esse conceito representa uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende.

Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais de determinada região. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

O caminho para um desenvolvimento sustentável deve ser construído com transparência e respeito às diferenças.

Como base no que foi dito, considera-se que diante da crescente reprodução das desigualdades e da pobreza, os projetos de desenvolvimento sustentável, podem ser uma alternativa para amenizar esses problemas desde que atendam às necessidades de toda a comunidade. Nesse sentido o Estado deve ser considerado como um dos intermediadores para se alcançar esses objetivos, com isso as ações proferidas pelos gestores públicos devem contemplar a participação da comunidade.

No sentido em que foi tratado nesse trabalho o desenvolvimento sustentável resgata as premissas da igualdade social, da responsabilidade ecológica e da participação cidadã, como pontos indispensáveis para o desenvolvimento.

Retomando o que já foi dito sobre desenvolvimento sustentável, quanto à participação dos atores sociais do território, com o apoio do poder público e de instituições privadas, percebe-se que a Cooperbac, possui ações concretas no que tange a projetos de desenvolvimento sustentável. Ainda são enormes as vulnerabilidades econômicas e sociais da comunidade em que a cooperativa está inserida. Defende-se o processo de inclusão de mais pessoas no processo produtivo para geração de renda, tornando a realidade local mais justa.

Os moradores do município ainda precisam se preocupar mais com as questões ambientais, não existe nenhuma ação coletiva concreta que venha a

diminuir os impactos ambientais. Ainda são praticadas queimadas de terrenos sem qualquer planejamento, por exemplo. Percebeu-se a partir da pesquisa de campo que os moradores possuem uma consciência ecológica restrita apenas à questão de lixo nas ruas, mostrando-se interessados em manusear corretamente o lixo, colocando em locais adequados, porém ainda não existe coleta seletiva na cidade. Dessa maneira percebe-se que também não existe uma preocupação em utilização de embalagens recicláveis que reduzem o consumo de matéria-prima e de energia.

A COOPERBAC enfrenta alguns obstáculos que a impedem de assumir a coordenação no sentido amplo da cadeia produtiva. No âmbito da organização verifica-se baixa competência empresarial, falta de estrutura fabril, pequena escala de produção comercial, falta de mão de obra. No ambiente externo, as principais dificuldades são a força dos concorrentes, a burocracia institucional e a deficiência da infraestrutura de logística brasileira.

Por outro lado, os fatores estimuladores internos à organização são o comprometimento dos cooperados, a ação responsável dos líderes da organização, que são pessoas entusiasmadas e comprometidas com os projetos da cooperativa, a qualidade da matéria prima, os diversos selos inclusive o selo da agricultura familiar, apoio dos Programas Vida Melhor e Mais alimentos e acesso ao crédito dos associados.

Já no ambiente externo, a cooperativa conta com uma demanda crescente do mercado, reconhecimento da sociedade do valor econômico e social da agricultura familiar. O café é distribuído para os clientes em veículo próprio da cooperativa, e a entrega, em geral, é programada, sendo que a cooperativa atende também para pronta entrega em menor escala.

A Cooperbac é uma instituição organizada constituída de pessoas de boa vontade e presta um bom serviço à comunidade de Barra do Choça. A estrutura que foi construída e os projetos que estão em fase de construção são demonstram o compromisso da cooperativa com a população. Acredito que essa instituição cumpre o seu papel de agente de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** — vols. 28 nos 1,2 3 e 29, no1 — Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.
- AGENDA 21 BRASILEIRA. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, UFC, Universidade Federal do Ceará, junho/2001.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, junho 1998.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.
- FRANCO, Augusto de. **Terceiro Setor**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2007.
- LINS, H. Nunes. **Relações Estado-Região: Desafios Fin-de-Siècle**. In ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2, 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1997. p. 291-310.
- LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: Uma Abordagem a Partir dos Gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Dissertação de Mestrado, Salvador Bahia_ UFBA 2001.
- MATTEI, Lauro. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo**. UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar** – Edgar Morin; participação de Marcos Terena. _ Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MOURA, Maria Suzana et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 609-626, jul-ago. 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil** / organizadores. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NOSSO FUTURO COMUM ou Relatório Brundtland. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio da Imperial Vila da Vitória (1840-1888)**. Dissertação (Mestrado) Salvador: UFBA, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** – organização: Paula Yone Stroh. _ Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. **A Economia Solidária em Face da Dinâmica da Acumulação Capitalista: Da Subordinação a um Novo modelo de Regulação Social?** Dissertação de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Desenvolvimento**. Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras, 2000.

TAVARES, Everkley M. F. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento Sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos**. Revista Holos. Natal, ano 21, p. 120-129, mai. 2005.

TAYRA, Flávio & RIBEIRO, Helena. **Modelos de Indicadores de Sustentabilidade: Síntese e Avaliação Crítica das Principais Experiências**. Artigo para a revista Saúde e Sociedade v.15, n.1, p.84-95, jan-abr 2006.

VEIGA, Jose Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

RELATÓRIO DE GESTÃO OCB 2013. Disponível em: <<http://srvrepositorio.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em 10 ago. 2016.

SITES:

<http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em 07 jul. 2016.

<http://www.barradochoca.gov.com.br>. Acesso em 28 jun. 2016

<http://www.brasil.gov.br>. Acesso em 20 jul. 2016.

<http://www.brasilcooperativo.coop.br>. Acesso em 21 jul. 2016.

<http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 03 jun. 2016.

<http://www.cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>. Acesso em 09 ago. 2016.

<https://www.fbb.org.br/home.htm>. Acesso em 02 ago. 2016.

<http://www.firjan.com.br>. Acesso em 07 jul. 2016.

<http://www.google.com.br/search?q=mapa+da+microrregião+de+conquista>. Acesso em 27 jun. 2016.

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-4429081-lt_Selo_da_Agricultura_F-1372369.pdf. Acesso em 01 mai. 2017.

<http://www.mma.gov.br>. Acesso em 25 jul. 2016.

<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>. Acesso em 25 jul. 2016.

<http://www.sei.gov.br>. Acesso em 04 mai. 2016.

http://www.sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp. Acesso em: 05 jul. 2016.

http://www.ufrgs.br/laviecs/biblioteca/arquivos/como_fazer_%20pesquisa.pdf. Acesso em 05 jul. 2016.

ANEXOS

Imagem 1 - Produção de Legumes



Imagem 2 – Entrega



Imagem 3 - Plantação de Café



Imagem 4 - Cooperbac vista do alto



Imagem 5 - Mesa Diretora em frente à sede da Cooperbac



Imagem 6 - Sede da Cooperativa



Imagem 7 - Sede da Cooperativa

